



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Departamento de Informática

José Carlos Lima Martins

**CLAV:
API de dados e Autenticação**

Relatório de Pré-Dissertação

Janeiro 2020



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Departamento de Informática

José Carlos Lima Martins

**CLAV:
API de dados e Autenticação**

Relatório de Pré-Dissertação

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Engenharia Informática

Dissertação realizada sob a orientação do Professor

José Carlos Leite Ramalho

Janeiro 2020

ABSTRACT

The portuguese public administration has dematerialized processes and promoted the adoption of electronic document management systems as well as the scanning of documents intended to be archived. This measures aim to optimize and modernize administrative procedures and reduce paper usage.

In order to achieve these objectives and simplify the document management in public administration, [CLAV](#) was born as one of the measures. [CLAV](#)'s main purpose is the classification and evaluation of the public information in order to help the information systems of public entities, alerting them when certain documents must be filed or deleted. To this end, a common reference, called the *consolidated list* ([Lista Consolidada](#)), is used, with the business functions and processes of public entities associated with a catalog of legislation and entities.

This dissertation has as main objectives the [CLAV API](#) protection, the documentation for this [API](#), adding export formats as well as the continued integration of [Autenticação.gov](#) into [CLAV](#) by adding the possibility of authentication with the *digital mobile key* ([Chave Móvel Digital](#)).

RESUMO

A [Administração Pública](#) portuguesa tem desmaterializado processos e tem promovido a adoção de sistemas de gestão documental eletrónica bem como a digitalização de documentos destinados a serem arquivados. Estas medidas pretendem atingir a otimização de processos, a modernização de procedimentos administrativos e a redução de papel.

Com o propósito de atingir estes objetivos e simplificar a gestão documental na [Administração Pública](#), a [Classificação e Avaliação da Informação Pública \(CLAV\)](#) nasce como uma das medidas. A [CLAV](#) tem como finalidade a classificação e a avaliação da informação pública por forma a auxiliar os sistemas de informação das entidades públicas alertando-as quando determinado documento deve ser arquivado ou eliminado. Para tal esta possui um referencial comum, a [Lista Consolidada](#), com as funções e processos de negócio das entidades públicas associadas a um catálogo de legislação e de organismos.

Esta dissertação tem como principais objetivos a proteção da [API](#) da [CLAV](#), a documentação desta [API](#), a adição de formatos exportação a esta bem como a continuação da integração do [Autenticação.gov](#) na [CLAV](#) ao adicionar a possibilidade de autenticação com a [Chave Móvel Digital](#).

CONTEÚDO

1	INTRODUÇÃO	2
1.1	Motivação	2
1.2	Objetivos	3
2	ESTADO DA ARTE	4
2.1	Estado da Arte do CLAV	4
2.1.1	Estrutura	4
2.1.2	Formas de autenticação	5
2.2	JSON Web Token (JWT)	9
2.2.1	Estrutura do JWT	10
2.2.2	Criação de JWT/JWS	13
2.2.3	Alternativas ao JWT	14
2.3	Autorização de pedidos à API	16
2.3.1	Verificação dos <i>tokens</i> no servidor API	19
2.4	Autenticação.gov	21
2.4.1	SAML 2.0	23
2.5	Swagger	24
2.5.1	Especificação <i>OpenAPI</i>	25
2.5.2	<i>Swagger UI</i>	31
2.6	Documentação da API do CLAV	33
2.7	Exportação de dados	36
2.7.1	XML	36
2.7.2	CSV	37
2.7.3	Exportação da Ontologia	39
2.7.4	Exportação na API de dados	40
3	CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO	42
A	ALGORITMOS	45
A.1	Conversor de JSON para XML	45
A.2	Conversor de JSON para CSV	47
B	EXEMPLOS	52
B.1	Conversão de JSON para XML	52
B.1.1	JSON a converter	52
B.1.2	XML gerado	53
B.2	Conversão de JSON para CSV	55
B.2.1	CSV gerado	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura da CLAV incluindo a interação de um utilizador com a mesma	5
Figura 2	Estrutura evoluída da CLAV	5
Figura 3	Fluxo do <i>login</i> de um utilizador através do Autenticação.gov	9
Figura 4	Exemplo de representação compacta de JWT (quebra de linhas por forma a melhorar leitura)	10
Figura 5	Criação de um JWT	13
Figura 6	Criação de um JWS	14
Figura 7	Fluxo de autenticação e posteriores pedidos de um utilizador	17
Figura 8	Fluxo de autenticação e posteriores pedidos de uma chave API	18
Figura 9	Fluxo de pedidos entre a CLAV e o Autenticação.gov de forma a autenticar um utilizador na CLAV . Fonte: [1]	22
Figura 10	<i>Swagger UI</i> exemplo	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparação entre especificações de documentação de APIs	31
Tabela 2	Comparação entre ferramentas de APIs	32
Tabela 3	Rotas com exportação, formatos de saída disponíveis para cada rota e valores a usar por forma a exportar nesse formato de saída	40

LISTA DE EXEMPLOS

2.1	<i>Header</i> usado para construir o JWT da figura 4	11
2.2	<i>Payload</i> usado para construir o JWT da figura 4	12
2.3	<i>Signature</i> usado para construir o JWT da figura 4	12
2.4	Verificação se um pedido com uma determinada Chave API pode ser efetuado	19
2.5	Verificação se um pedido com um determinado <i>token</i> de um utilizador registado pode ser efetuado	19
2.6	Extração do <i>token</i> da <i>query string</i>	20
2.7	Extração do <i>token</i> da <i>header Authorization</i>	20
2.8	Verificação se um utilizador registado tem permissões suficientes para aceder a uma determinada rota	20
2.9	Exemplo de indicação da versão da especificação <i>OpenAPI</i>	25
2.10	Exemplo de secção info indicando título, descrição e versão da API na especi- ficação <i>OpenAPI</i>	25
2.11	Exemplo de secção servers indicando os <i>URLs</i> e a descrição de cada na especificação <i>OpenAPI</i>	25
2.12	Exemplo de secção paths indicando os detalhes de cada rota na especificação <i>OpenAPI</i>	26
2.13	Exemplo de secção tags definindo tags na especificação <i>OpenAPI</i>	27
2.14	Exemplo de uso de <i>tags</i> numa rota na especificação <i>OpenAPI</i>	27
2.15	Exemplo de adição de exemplos para XML e HTML na especificação <i>OpenAPI</i>	29
2.16	Exemplo de uso do swagger-ui-express	34
2.17	Exemplo de uso do yaml-include no documento de especificação <i>OpenAPI(index.yaml)</i>	34
2.18	Exemplo de estrutura dos ficheiros para gerar o documento de especificação <i>OpenAPI</i>	35
2.19	Documento de especificação <i>OpenAPI</i> gerado a partir do ficheiro <i>index.yaml</i> com o uso da <i>package</i> yaml-include	36
A.1	Algoritmo de conversão de JSON para XML	45
A.2	Algoritmo de conversão de JSON para CSV	47
B.1	JSON exemplo a converter	52
B.2	XML resultante da conversão do JSON presente em B.1.1	53
B.3	CSV resultante da conversão do JSON presente em B.1.1	55

GLOSSÁRIO

Application Programming Interface Interface ou protocolo de comunicação entre um cliente e um servidor [viii](#)

ontologia Representação de conhecimento (conceitos e as relações entre estes conceitos) [2](#)

SIMPLEX Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa [2](#)

LISTA DE ACRÓNIMOS

- AD** Administrador de Distrito 6
- AEAD** Authenticated Encryption with Additional Data 15
- AMA** Agência para a Modernização Administrativa 23
- AP** Administração Pública ii, viii, 2, 21
- API** Application Programming Interface i–vi, 2–9, 16–21, 24–26, 30–36, 39, 40, 42, *Glossary: Application Programming Interface*
- BD** Base de Dados 39–41
- CC** Cartão de Cidadão 6, 7, 21, 22
- CLAV** Classificação e Avaliação da Informação Pública i–iv, 2–8, 10, 15, 21–24, 33–36, 39, 40, 42
- CMD** Chave Móvel Digital i, ii, 21, 22, 42
- CSS** Cascading Style Sheets 4, 24
- CSV** Comma Separated Values iii, vi, 3, 36–38, 40, 47–51, 55
- DGLAB** Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas 2, 7
- HMAC** Hash-based Message Authentication Code 10, 11, 14, 15, 42
- HTML** Hypertext Markup Language vi, 4, 24, 29
- HTTP** Hypertext Transfer Protocol 16, 28–30, 35, 39
- iAP** Interoperabilidade na Administração Pública 3, 42
- IETF** Internet Engineering Task Force 15
- JOSE** **JSON** Object Signing and Encryption 10, 11
- JSON** JavaScript Object Notation iii, vi, viii, 3, 9–15, 25, 31, 34, 36–40, 45–55
- JSON-LD** **JavaScript Object Notation** for Linked Data 36, 39, 40
- JWE** **JSON** Web Encryption 9, 10, 15
- JWS** **JSON** Web Signature iii, iv, 9, 10, 12–15, 42
- JWT** **JSON** Web Token iii, iv, vi, 8–16, 42
- LC** Lista Consolidada i, ii, 2, 3
- MIME** Multipurpose Internet Mail Extensions 39
- N3** Notation3 39
- NIC** Número de Identificação Civil 7, 22
- NSA** National Security Agency 11

- OAS** OpenAPI Specification 24
- OASIS** Organization for the Advancement of Structured Information Standards 23
- OCSP** Online Certificate Status Protocol 22
- PDF** Portable Document Format 4
- PIN** Personal Identification Number 22
- PKI** Public Key Infrastructure 21, 22
- POSIX** Portable Operating System Interface 12
- RAML** [RESTful API](#) Modeling Language 30–32
- RDF** Resource Description Framework i, 3, 36, 39, 40
- REST** Representational State Transfer i, 2, 24, 25, 31, 33, 39
- RSA** Rivest–Shamir–Adleman 10, 11, 42
- SAIL** Storage And Inference Layer 39
- SAML** Security Assertion Markup Language iii, 14, 15, 23
- SDK** Software Development Kit 24
- SHA-2** Secure Hash Algorithm 2 11
- SMS** Short Message Service 22
- SPARQL** [SPARQL](#) Protocol and [RDF](#) Query Language i, 39
- SSO** Single Sign On 10, 23
- SWT** Simple Web Token 14
- Turtle** Terse [RDF](#) Triple Language 36, 39, 40
- UI** User Interface iii, iv, 24, 25, 31–34, 36, 42
- UM** Universidade do Minho 2
- URL** Uniform Resource Locator 26
- W3C** World Wide Web Consortium 39
- XML** Extensible Markup Language iii, vi, 3, 14, 15, 23, 29, 36–40, 45, 46, 52–55
- YAML** [YAML](#) Ain’t Markup Language i, 24, 25, 31, 34, 36

INTRODUÇÃO

Vemos atualmente a mudança de paradigma em várias organizações e governos em relação a políticas e estratégias para a disponibilização de dados abertos nos domínios das ciências e da [Administração Pública \(AP\)](#). Quanto à [Administração Pública](#) portuguesa têm sido promovidas políticas para a sua transformação digital com o objetivo de otimização de processos, a modernização de procedimentos administrativos e a redução de papel. De certa forma a agilização de procedimentos da [Administração Pública](#) portuguesa. [6]

De forma a alcançar estes objetivos a [Administração Pública](#) tem desmaterializado processos e tem promovido a adoção de sistemas de gestão documental eletrónica bem como da digitalização de documentos destinados a serem arquivados. [6]

Por forma a continuar esta transformação da [AP](#) a [Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas \(DGLAB\)](#) apresentou a iniciativa da [Lista Consolidada \(LC\)](#) para a classificação e avaliação da informação pública. A [LC](#) serve de referencial para a construção normalizada dos planos de classificação e tabelas de seleção das entidades que executam funções do Estado. [6]

Nasce assim o projeto [Classificação e Avaliação da Informação Pública \(CLAV\)](#) com um dos seus objetivos primordiais a operacionalização da utilização da [LC](#), numa colaboração entre a [DGLAB](#) e a [Universidade do Minho \(UM\)](#) e financiado pelo [SIMPLEX](#). [6]

A plataforma [CLAV](#) disponibiliza em formato aberto uma [ontologia](#) com as funções e processos de negócio das entidades que exercem funções públicas (ou seja a [LC](#)) associadas a um catálogo de legislação e de organismos. Desta forma, a [CLAV](#) viabiliza a desmaterialização dos procedimentos associados à elaboração de tabelas de seleção tendo como base a [LC](#) e ao controlo de eliminação e arquivamento da informação pública através da integração das tabelas de seleção nos sistemas de informação das entidades públicas alertando-as quando determinado documento deve ser arquivado ou eliminado. Esta integração promove também a interoperabilidade através da utilização de uma linguagem comum (a [LC](#)) usada no registo, na classificação e na avaliação da informação pública. [6]

1.1 MOTIVAÇÃO

A continuação do desenvolvimento da [API](#) de dados da [CLAV](#) nesta dissertação, seguindo uma metodologia [REST](#)¹, permite a processos ou aplicações aceder aos dados sem a interven-

¹Mais informação em https://www.ics.uci.edu/~fielding/pubs/dissertation/rest_arch_style.htm

ção humana para além de suportar a plataforma [CLAV](#). Um dos objetivos da [API](#) de dados é permitir futuramente a criação de novas aplicações através desta. Como tal, é extremamente essencial que a [API](#) de dados do [CLAV](#) possua uma boa documentação ajudando futuros programadores ou utilizadores a utilizar a [API](#). Além disso, uma [API](#) sem uma boa documentação de como a usar é inútil. Advém daí a necessidade de nesta dissertação realizar a documentação da [API](#) de dados em *Swagger*.

Apesar de o projeto ter em mente a disponibilização aberta de informação pública é necessário controlar a adição, edição e eliminação da informação presente na [Lista Consolidada](#), bem como a informação de utilizadores, da legislação, das entidades, etc, mantendo-a consistente e correta. É, portanto, necessário controlar os acessos à [API](#) de dados com múltiplos níveis de acesso restringindo as operações que cada utilizador pode realizar consoante o seu nível. Desta forma garante-se que apenas pessoal autorizado pode realizar modificações aos dados.

Este controlo de acesso exige a existência de formas de autenticação. Como um cofre para o qual ninguém tem a chave não é útil pelo facto de que algo lá guardado ficará eternamente inacessível, também algo com controlo de acesso seria inútil caso não fosse possível ultrapassar esse controlo de alguma forma. Assim, uma das formas de autenticação usadas, Autenticação.gov, criada pelo Estado português, permite a autenticação dos cidadãos portugueses nos vários serviços públicos [2] entre os quais, a Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde e a Autoridade Tributária Aduaneira. Sendo este um projeto do Governo Português, a autenticação na [CLAV](#) através do Autenticação.gov é um requisito.

Por forma a contrariar o aumento da complexidade da [API](#) de dados com a adição do controlo de acesso e da autenticação pretende-se investigar se a criação de um API Gateway simplifica a comunicação entre interface/utilizadores e a [API](#) de dados.

1.2 OBJETIVOS

Resumidamente, os objetivos desta dissertação são:

- Documentação em *Swagger* da [API](#) de dados da [CLAV](#)
- Adição de formatos de exportação à [API](#) de dados da [CLAV](#) (para além do já presente [JSON](#), adicionar [CSV](#), [XML](#) e [RDF](#))
- (Continuação da) Integração do Autenticação.gov na [CLAV](#)
- Proteção da [API](#) de dados da [CLAV](#) com múltiplos níveis de acesso
- Criação de um [API](#) Gateway na [CLAV](#)
- Integração da [CLAV](#) no iAP

ESTADO DA ARTE

2.1 ESTADO DA ARTE DO CLAV

Quando esta dissertação teve início o projeto **CLAV** já tinha cerca de 2 anos de desenvolvimento. Assim nesta secção será apresentado o estado da arte do **CLAV** quando esta dissertação iniciou aprofundando principalmente os pontos mais importantes sobre o tema desta dissertação.

2.1.1 Estrutura

A **CLAV** está dividido em duas partes:

- interface (*front-end*) presente em <http://clav.dglab.gov.pt>
- **API** de dados (*back-end* que inclui também duas bases de dados, *GraphDB* e *MongoDB*) presente em <http://clav-api.dglab.gov.pt>.

Cada parte encontra-se numa máquina diferente.

Através da figura 1 é possível ver o possível fluxo tanto de um utilizador a aceder à interface como a de um utilizador a aceder diretamente à **API** de dados. No primeiro caso, quando um utilizador acede o servidor da interface da **CLAV** é descarregado para o lado do utilizador o ficheiro **HTML** (*index*) e os vários ficheiros *JavaScript*, **CSS** e *assets* (como imagens, **PDFs**, etc) quando necessários. O servidor da interface é nada mais que um servidor *web* com recurso ao *Nginx* que hospeda estes ficheiros, os quais representam a interface construída com o *Vue* e o *Vuetify*. Como tal o código apresenta-se todo do lado do utilizador e os pedidos à **API** serão feitos do computador do utilizador para o servidor da **API** de dados e não do servidor da interface para o servidor da **API** de dados. Ou seja, o fluxo de cada um desses pedidos será igual ao fluxo no caso em que se acede diretamente a **API** sem uso de qualquer interface.

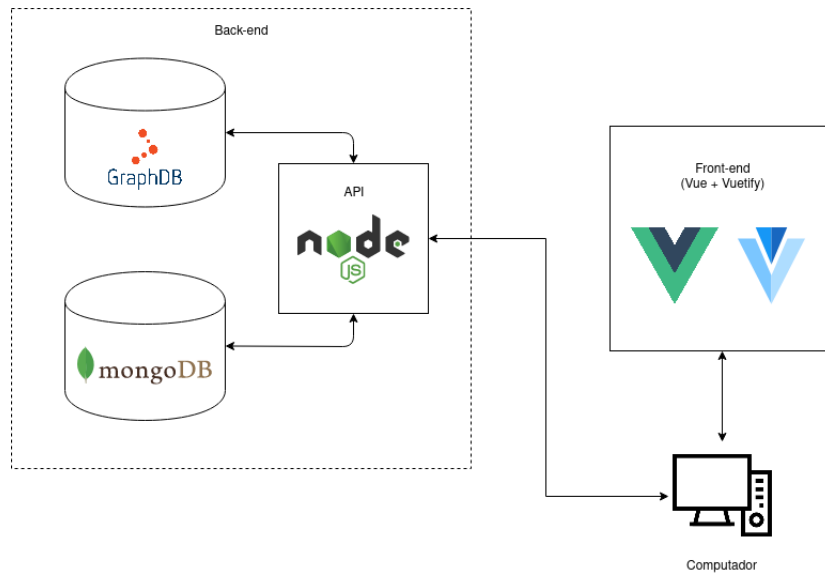


Figura 1: Estrutura da CLAV incluindo a interação de um utilizador com a mesma

Esta estrutura evoluiu depois para a estrutura presente na figura 2 em que tanto a interface como o *back-end* estão “por trás” do *Nginx* o que leva a que todos os pedidos passem por este, seja para obter a interface (onde o *Nginx* devolve esta) como para aceder a *API* de dados (onde o *Nginx* reencaminha o pedido para a *API*).

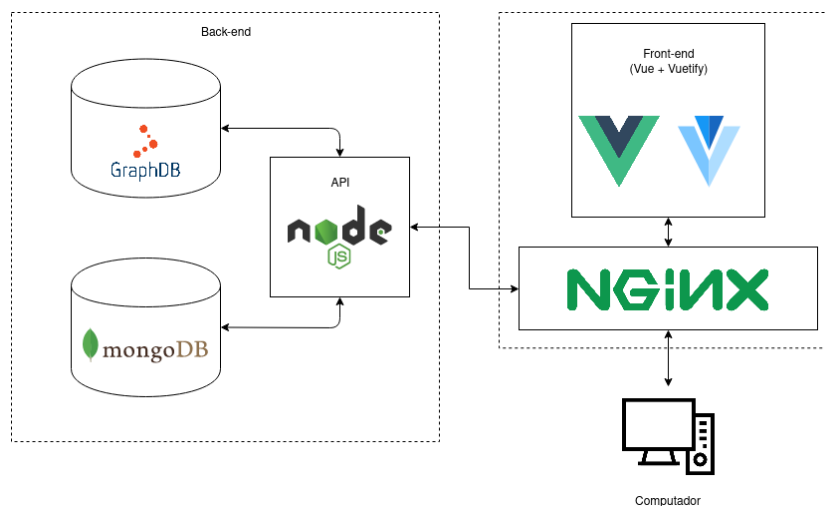


Figura 2: Estrutura evoluída da CLAV

2.1.2 Formas de autenticação

A *API* de dados e a interface estavam inicialmente “juntas” (aplicação monolítica) onde as rotas eram protegidas contudo, com a separação da aplicação em duas partes, ambas partes deixaram de estar protegidas. Devido à plataforma já ter estado protegida esta já possui duas

formas de autenticação, através de chaves [API](#) e através de utilizadores registados. Ou seja, tanto o registo de utilizadores e de chaves API já se encontra implementado bem como o *login* de utilizadores.

As chaves [API](#) existem por forma a dar acesso a certas rotas da [API](#) a aplicações que interajam com a mesma (por exemplo sistemas de informação) sem a necessidade de interação humana.

Já os utilizadores possuem múltiplos níveis de acesso sendo que consoante o seu nível podem ou não aceder a uma rota da interface ou da [API](#). Os utilizadores podem se autenticar através de *email* e *password* ou com recurso ao [Cartão de Cidadão \(CC\)](#) através do Autenticação.gov, este último apenas disponível através da interface da [CLAV](#).

A hierarquia dos níveis de acesso, do nível que permite menor para o maior acesso, é a seguinte:

- Nível 0: Chaves API
- Nível 1: Representante Entidade
- Nível 2: Utilizador Simples
- Nível 3: Utilizador Avançado
- Nível 3.5: Utilizador Validador ([AD](#))
- Nível 4: Utilizador Validador
- Nível 5: Utilizador Decisor
- Nível 6: Administrador de Perfil Funcional
- Nível 7: Administrador de Perfil Tecnológico

As chaves [API](#) poderão aceder a algumas rotas com método `GET`. Já os utilizadores poderão realizar todos os pedidos que as chaves [API](#) podem realizar mas quanto maior o seu nível de acesso mais rotas poderão aceder.

A proteção da [API](#) terá de ter esta hierarquia em conta.

Registo

Como já referido, tanto o registo de chaves [API](#) como de utilizadores já se encontra implementado.

Para o registo de uma chave [API](#) é necessário providenciar um nome, um email e a entidade a que pertence. Após o registo da chave a informação desta chave [API](#) é mantida numa base de dados *MongoDB*.

Um utilizador pode se registar através de `email + password` ou através do Autenticação.gov. No primeiro caso, ao se registar necessita obviamente de indicar o seu email, a *password*, o seu nome, a entidade a que pertence e o nível de acesso que pretende. Já no

caso do Autenticação.gov para o registo do utilizador é necessário todos os campos anteriores exceto a *password* (pode ser depois definida), sendo também necessário o campo [Número de Identificação Civil \(NIC\)](#) do utilizador. Caso o registo seja efetuado com recurso à interface do Autenticação.gov apenas será necessário indicar o email, a entidade a que pertence e o nível de acesso que pretende visto que os restantes campos são fornecidos pela Autenticação.gov quando o utilizador se autentica e autoriza a partilha dessa informação com a plataforma da CLAV. A *password* é armazenada não na sua forma literal mas sim a sua *hash* ao aplicar a função criptográfica `bcrypt`. A utilização de funções de *hash* criptográficas ao armazenar *passwords* impede que as *passwords* originais se saibam caso a base de dados seja comprometida. Para além disso, como o `bcrypt` combina um valor aleatório (`salt`) com a *password* do utilizador, é impossível pré-computar a *password* que deu origem ao *hash* sem saber o `salt`¹.

Durante esta tese com a proteção da API ficará apenas possível o registo de utilizadores através de utilizadores que já estejam registados e possuam um nível de acesso suficiente para registar utilizadores. Estes utilizadores registados e autorizados pertencem à entidade DGLAB. Portanto por forma a utilizadores representantes de outras entidades se registarem na plataforma terão de: [4]

- Preencher o formulário disponibilizado para o efeito, para cada representante designado pela entidade;
- O formulário deverá ser assinado por um dirigente superior da Entidade e autenticado com assinatura digital, se o envio for feito por via eletrónica (NB: não serão aceites assinaturas do formulário por dirigentes intermédios). Esta autorização autenticada pelo dirigente superior é o equivalente a uma delegação de competências, uma vez que o representante da entidade passa a ter capacidade para, em nome da entidade, submeter autos de eliminação, propostas de tabelas de seleção e novas classes para a Lista Consolidada;
- O formulário deverá ser remetido à DGLAB por via postal ou eletrónica, respetivamente, para:
 - DGLAB, Edifício da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa (formulário assinado manualmente) ou
 - `clav@dglab.gov.pt` (formulário com assinatura digital).
- Após receção do formulário, a DGLAB efetuará o(s) respetivo(s) registo(s) até 48 horas úteis;
- Findo esse prazo, o utilizador poderá aceder à plataforma, selecionando a opção “Autenticação”;
- A autenticação, no primeiro acesso, deve ser efetuada com o [Cartão de Cidadão](#).

¹Para mais informação veja *rainbow table attack*

Login

O *login* apenas está presente para o caso dos utilizadores visto que assim que uma chave API é registada é enviado por email um JWT com a duração de 30 dias a ser usado nos pedidos a realizar à API. O utilizador poderá ao fim dos 30 dias renovar a sua chave API, onde é gerado um novo JWT.

Portanto do lado dos utilizadores é possível como já referido realizar o *login* de duas formas através de uma estratégia local ou através do Autenticação.gov.

A estratégia local (`email + password`) é conseguida através do uso do *middleware Passport*. O *Passport* é um middleware de autenticação para *Node.js* que tem como objetivo autenticar pedidos. [10] Tem como única preocupação a autenticação delegando qualquer outra funcionalidade para a aplicação que a usa. Este *middleware* possui muitas estratégias de autenticação entre as quais a local (`email/username + password`), JWT, OAuth², Facebook ou Twitter. Cada estratégia está num módulo independente. Assim as aplicações que usam o *Passport* não terão um peso adicional devido a estratégias que nem sequer usam.

No caso do *login* através do Autenticação.gov, o utilizador tem de se autenticar na interface do Autenticação.gov (a partir do botão disponível na área de autenticação da interface do CLAV). O fluxo do *login* neste caso é:

²Protocolo *open-source* com o objetivo de permitir a autenticação simples, segura e padrão entre aplicações móveis, *web* e *desktop*

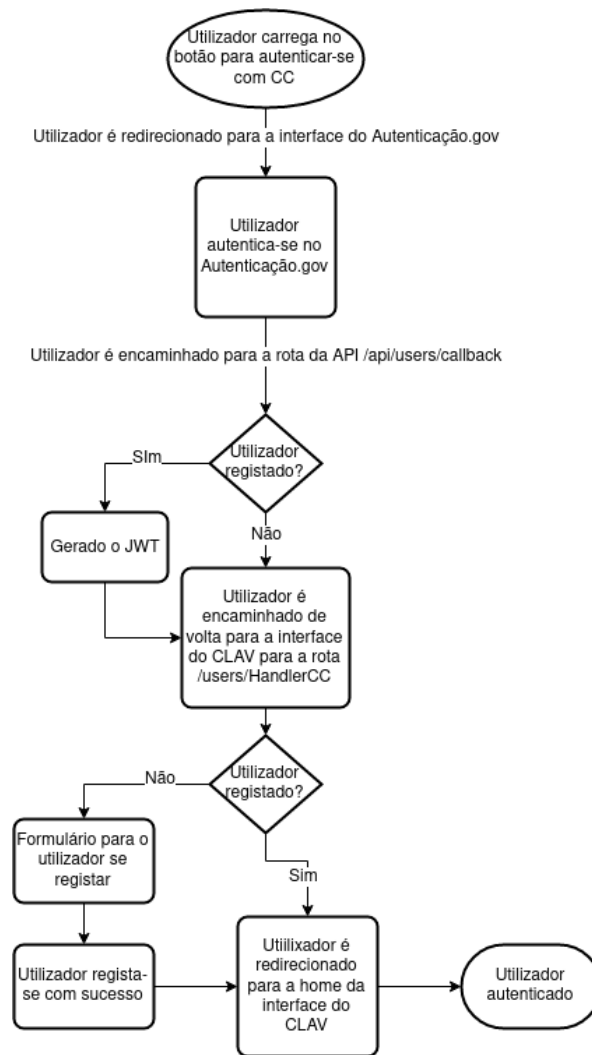


Figura 3: Fluxo do *login* de um utilizador através do Autenticação.gov

No *login* do utilizador é gerado um **JWT** com a duração de 8 horas que deve ser usado nos pedidos a realizar à **API**. No fim das 8 horas o utilizador necessita de se autenticar de novo.

2.2 JSON WEB TOKEN (JWT)

O **JWT** é um *open standard*³ que define uma forma compacta e independente de transmitir com segurança informação entre partes com um objeto **JSON**. [3] O **JWT** pode ser assinado digitalmente (**JWS**), encriptado (**JWE**), assinado e depois encriptado (**JWS** encriptado, ou seja, um **JWE**, ordem recomendada⁴) ou encriptado e depois assinado (**JWE** assinado, ou seja, um **JWS**).

³Mais informação em <https://tools.ietf.org/html/rfc7519>

⁴Mais informação em <https://tools.ietf.org/html/rfc7519#section-11.2>

Caso seja assinado digitalmente é possível verificar a integridade da informação mas não é garantida a sua privacidade contudo podemos confiar na informação do **JWT**. A assinatura pode ser efetuada através de um segredo usando por exemplo o algoritmo **HMAC** ou através de pares de chaves pública/privada usando por exemplo o algoritmo **RSA**. No caso de se usar pares de chaves pública/privada a assinatura também garante que a parte envolvida que tem a chave privada é aquela que assinou o **JWT**.

Por outro lado, os **JWTs** podem ser encriptados garantindo a privacidade destes, escondendo a informação das partes não envolvidas. Nesta secção apenas se falará sobre **JWTs** e **JWSs** (**JWT** assinado). Se pretender saber mais sobre **JWEs** pode ler o capítulo 5 do livro *The JWT Handbook* por *Sebastián E. Peyrott*.

Sendo assim em que casos é útil o uso de **JWTs**? Dois dos casos são os seguintes:

- Autorização: Este será o caso para o qual o **JWT** será usado na **CLAV**. Quando o utilizador realiza o *login* gera-se um **JWT** por forma a que os restantes pedidos desse utilizador sejam realizados com esse **JWT** (**Single Sign On**). O uso de **JWTs** para estes casos permitem um *overhead* pequeno e a flexibilidade de serem usados em diferentes domínios.
- Troca de informação: No caso de troca de informação entre duas partes os **JWTs** assinados são de bastante utilidade visto que permitem verificar se o conteúdo não foi violado e, no caso de se usar pares de chaves pública/privada para assinar, permitem ter a certeza que o remetente é quem diz ser.

2.2.1 Estrutura do **JWT**

Os **JWTs** são construídos a partir de três elementos, o *header* (objeto **JSON** também conhecido por **JOSE header**), o *payload* (objeto **JSON**) e os dados de assinatura/encriptação (depende do algoritmo usado). Estes elementos são depois codificados em representações compactas (**Base64 URL-safe**⁵). As codificações **Base64 URL-safe** de cada elemento são depois concatenadas através de pontos dando origem a uma representação final compacta do **JWT** (**JWS/JWE Compact Serialization**). Na secção 2.2.2 está presente dois diagramas referentes à construção de dois **JWTs** sendo um deles assinado.

eyJhbGciOiJIUzI1NiIsInR5cCI6IkpXVCJ9.
eyJ0IjoiSm9zw6kgTWYydGlucyIsIm51bSI6ImE3ODgyMSJ9.
tRPSYVsFI-nziRPuAjdGZLN2tUez5MtLML_aAnPplgM

Figura 4: Exemplo de representação compacta de **JWT** (quebra de linhas por forma a melhorar leitura)

De seguida vamos aprofundar cada elemento referido:

⁵Variante da codificação **Base64** onde a codificação gerada é segura para ser usada em *URLs*. Basicamente para a codificação **Base64** gerada substitui os caracteres '+' e '/' pelos caracteres '-' e '_' respetivamente. Além disso, remove o caractere de *padding* e proíbe separadores de linha

Header: O cabeçalho (a vermelho na figura 4) consiste nos seguintes atributos:

- O atributo obrigatório (único campo obrigatório para o caso de um JWT não encriptado) **alg** (algoritmo) onde é indicado que algoritmo é usado para assinar e/ou descriptar. O seu valor pode ser por exemplo HS256 (HMAC com o auxílio do SHA-256⁶) ou RSA.
- O atributo opcional **typ** (tipo do *token*) em que o seu valor é “JWT”. Serve apenas para distinguir os JWTs de outros objetos que têm um JOSE header.
- O atributo opcional **cty** (tipo do conteúdo (*payload*)). Se o *payload* conter atributos arbitrários este atributo não deve ser colocado. Caso o *payload* seja um JWT⁷ então este atributo deve ter o valor de “JWT”.

O cabeçalho é de grande importância visto que permite saber se o JWT é assinado ou encriptado e de que forma o resto do JWT deve ser interpretado.

```
{
  "alg": "HS256",
  "typ": "JWT"
}
```

Exemplo 2.1: Header usado para construir o JWT da figura 4

Payload: O *payload* (a roxo na figura 4) contém a informação/dados que pretendemos transmitir com o JWT. Não há atributos obrigatórios contudo existem certos atributos que têm um significado definido (atributos registados).

Existem 7 atributos registados (*registered claims*): [12]

- **iss** (*issuer*): Identificador único (*case-sensitive string*) que identifica unicamente quem emitiu o JWT. A sua interpretação é específica a cada aplicação visto que não há uma autoridade central que gere os emissores.
- **sub** (*subject*): Identificador único (*case-sensitive string*) que identifica unicamente de quem é a informação que o JWT transporta. Este atributo deve ser único no contexto do emissor, ou se tal não for possível, globalmente único. O tratamento do atributo é específico a cada aplicação.
- **aud** (*audience*): Identificador único (*case-sensitive string*) ou *array* destes identificadores únicos que identificam unicamente os destinatários pretendidos do JWT. Ou seja, quem lê o JWT se não estiver no atributo **aud** não deve considerar os dados contidos no JWT. O tratamento deste atributo também é específico a cada aplicação.

⁶Função pertencente ao conjunto de funções *hash* criptográficas Secure Hash Algorithm 2 (SHA-2) desenhadas pela NSA

⁷JWT aninhado (*nested JWT*)

- **exp** (*expiration (time)*): Um número inteiro que representa uma data e hora específica no formato *seconds since epoch* definido pela [POSIX](#)⁸, a partir da qual o **JWT** é considerado inválido (expira).
- **nbf** (*not before (time)*): Representa o inverso do atributo **exp** visto que é um número inteiro que representa uma data e hora específica no mesmo formato do atributo **exp**, mas que a partir da qual o **JWT** é considerado válido.
- **iat** (*issued at (time)*): Um número inteiro que representa uma data e hora específica no mesmo formato dos atributos **exp** e **nbf** na qual o **JWT** foi emitido.
- **jti** (*JWT ID*): Identificador único (*string*) do **JWT** que permite distinguir **JWTs** com conteúdo semelhante. A implementação tem de garantir a unicidade deste identificador.

Estes atributos registados têm todos 3 caracteres visto que um dos requisitos do **JWT** é ser o mais pequeno/compacto possível.

Existem depois mais dois tipos de atributos, públicos e privados. Os atributos públicos podem ser definidos à vontade pelos utilizadores de **JWTs** mas têm de ser registados em *IANA JSON Web Token Claims registry* ou definidos por um espaço de nomes resistente a colisões de forma a evitar a colisão de atributos. Já os atributos privados são aqueles que não são nem registados nem públicos e podem ser definidos à vontade pelos utilizadores de **JWTs**. Os dois atributos usados no exemplo 2.2 (**name** e **num**) são atributos privados.

```
{
  "name": "José Martins",
  "num": "a78821"
}
```

Exemplo 2.2: *Payload* usado para construir o **JWT** da figura 4

Signature: A assinatura (a azul na figura 4) é criada ao usar o algoritmo indicado na *header* no atributo **alg** tendo como um dos argumentos os elementos codificados da *header* e do *payload* juntos por um ponto e como outro argumento um segredo. O resultado do algoritmo é depois codificado em Base64 URL-safe. Esta assinatura no caso dos **JWSs** é usada para verificar a integridade do **JWT** e caso seja assinado com uma chave privada permite também verificar se o remetente é quem diz ser. No caso de o atributo **alg** for **none** a assinatura é uma **string** vazia.

```
HMACSHA256(
  base64UrlEncode(header) + "." +
  base64UrlEncode(payload),
  segredo1.-uminho!clav
```

⁸Mais informação em https://pubs.opengroup.org/onlinepubs/9699919799/basedefs/V1_chap04.html#tag_04_16

)

Exemplo 2.3: *Signature* usado para construir o JWT da figura 4

2.2.2 Criação de *JWT/JWS*

Na figura 5 é apresentada a construção de um JWT em que o atributo `alg` (algoritmo) tem o seu valor igual a `none`, ou seja, o JWT não é assinado nem encriptado.

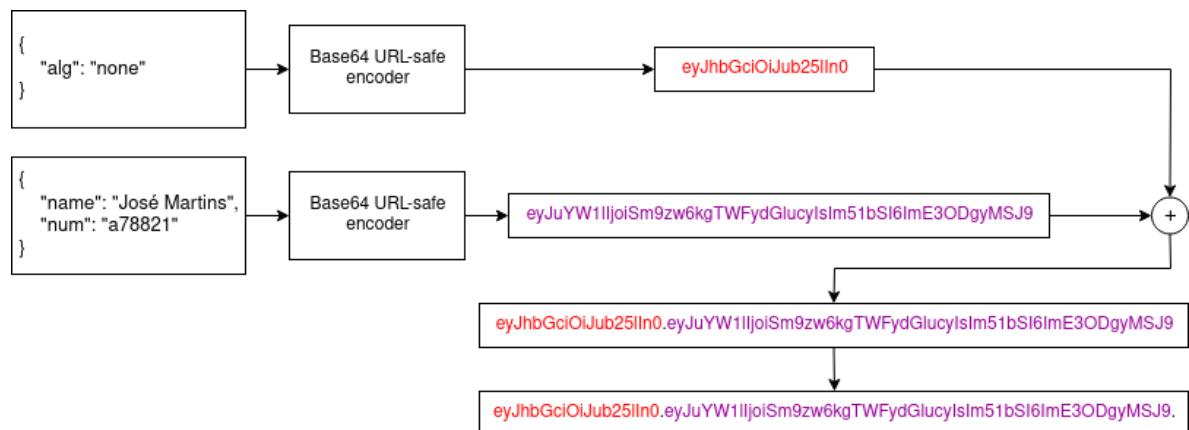


Figura 5: Criação de um JWT

Já na figura 6 é demonstrada a construção de um JWT assinado, ou seja, um JWS.

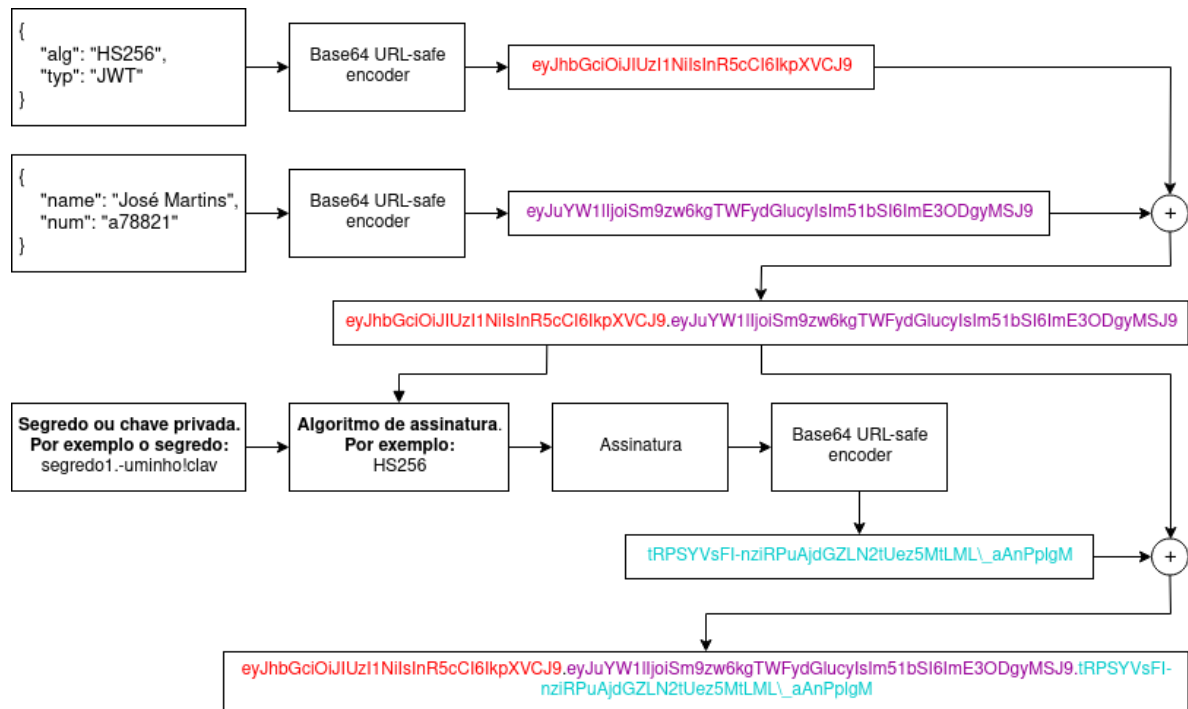


Figura 6: Criação de um JWS

2.2.3 Alternativas ao JWT

Algumas alternativas ao JWT passam pelo uso de Simple Web Token (SWT) ou Security Assertion Markup Language (SAML). Se compararmos o JWT ao SAML, o JSON é menos verboso que o XML e mesmo quando codificado o seu tamanho é menor.

De um ponto de vista de segurança o SWT apenas pode ser assinado simetricamente por um segredo partilhado usando o algoritmo HMAC. Já o JWT e o SAML podem usar pares de chaves pública/privada para assinar. Contudo assinar XML com XML Digital Signature sem introduzir buracos de segurança é mais difícil quando comparado com a simplicidade de assinar JSON. [3]

Houve contudo algumas bibliotecas de JWT com vulnerabilidades devido ao atributo alg da header do JWT. Havia duas situações de vulnerabilidade:

- As bibliotecas ao fazer a verificação (recebe um JWT e um segredo/chave pública como argumentos) de um JWT com alg igual a none assumiam logo que o JWT era válido mesmo que o segredo/chave pública fosse diferente de vazio. Ou seja, com a simples alteração do atributo alg e com a remoção da signature podia-se alterar o payload do JWT que o servidor iria continuar a considerar que a integridade do JWT não foi colocada em causa mesmo que os JWTs gerados pelo servidor tivessem sido com um algoritmo e com recurso a um segredo/chave privada.

- As bibliotecas ao fazer a verificação seja um algoritmo simétrico ou assimétrico apenas tinham como parâmetros o **JWT** e o segredo/chave pública. Isto gera uma segunda vulnerabilidade, se o servidor estiver à espera de um **JWT** assinado com pares de chaves pública/privada mas recebe um **JWT** assinado com **HMAC** vai assumir que a chave pública é o segredo a usar no algoritmo **HMAC**. Ou seja, se se criar um **JWT** com o atributo **alg** igual a **HMAC** e a assinatura for gerada usando o algoritmo **HMAC** com o segredo a ser a chave pública, podemos alterar o *payload* (antes de assinar) que o servidor vai considerar que o **JWT** não foi maliciosamente alterado.

Portanto a flexibilidade de algoritmos dada pelo **JWT** coloca em causa a segurança pelo que da parte das bibliotecas o atributo **alg** não deve ser considerado [7] bem como deve ser *deprecated* e deixar de ser incluído nos **JWTs**⁹.

A biblioteca que será usada na **CLAV**, **jsonwebtoken**¹⁰, já endereçou estes problemas¹¹ pelo que estas vulnerabilidades não estarão presentes na **CLAV**.

Ainda comparando as diferentes alternativas, os *parsers* de **JSON** são mais comuns em grande parte das linguagens de programação visto que os **JSONs** mapeiam diretamente para objetos ao contrário do **XML** que não tem um mapeamento natural de documento para objeto. [3] Portanto isto torna mais fácil trabalhar com **JWT** do que com **SAML**.

Já quando comparamos os **JWTs** a *cookie sessions*, o **JWT** tem a vantagem de as sessões puderem ser *stateless* enquanto que as *cookies* são *statefull*. Contudo, ser *stateless* não permite por exemplo que a qualquer altura se possa revogar um **JWT**. Para endereçar esse problema é necessário, por exemplo, guardar (*statefull*) os **JWTs** numa base de dados associando cada **JWT** ao identificador único de quem é a informação contida no **JWT** (o uso de uma *whitelist*). Assim para revogar um **JWT** bastaria removê-lo da base de dados.

Outra alternativa ao **JWT** seria *sessionIDs*. As *sessionIDs* são *strings* longas, únicas e aleatórias. É possível revogar um *sessionID*, ao contrário do **JWT**, bastando para isso remover o *sessionID* da base de dados.

Por fim, uma outra alternativa bastante semelhante ao **JWT** é *Branca*. *Branca* usa o algoritmo simétrico *IETF XChaCha20-Poly1305 AEAD* que permite criar *tokens* encriptados e que garantem integridade. Tem também uma região de *payload* como **JWT** com a única diferença é que este *payload* não tem um estrutura definida. Não necessita da *header* visto que o algoritmo usado não varia. Em vez de usar codificação em **Base64 URL-safe** usa **Base62** que também é *URL-safe*. Para além disso o *token* gerado é geralmente de menor dimensão do que o gerado pelo **JWT** sendo como tal mais compacto que o **JWT**. [16] Visto que o *Branca* encripta e garante integridade de uma forma mais simples que o **JWT** permite (para isso era necessário recorrer a um **JWE** que tem no seu *payload* um **JWS**), sendo como tal propenso a menos erros de programação. Contudo, o *Branca* ainda não é muito conhecido nem um *standard* da indústria, ao contrário do **JWT**, mas não deixa de ser algo a ter em conta para o futuro.

⁹Ver <https://gist.github.com/paragonie-scott/c88290347c2589b0cd38d8bb6ac27c03>

¹⁰Ver <https://www.npmjs.com/package/jsonwebtoken>

¹¹Ver <https://github.com/auth0/node-jwebtoken/commit/1bb584bc382295eeb7ee8c4452a673a77a68b687>

2.3 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS À API

Quanto à forma como os pedidos serão feitos à API poderão ser feitos de duas formas, através da *header HTTP Authorization* ou através da *query string* do pedido em um dos seguintes campos:

token caso seja o token de um utilizador:

```
http://example.com/path/page?token=<token>
```

apikey caso seja uma Chave API:

```
http://example.com/path/page?apikey=<Chave API>
```

Na *header Authorization* irá ser usado o esquema de autenticação *Bearer*¹² com umas pequenas alterações. Portanto o conteúdo da *header Authorization*:

- Caso seja o token de um utilizador é:
token <token>
- Caso seja uma Chave API é:
apikey <Chave API>

ao invés do esquema de autenticação predefinido do *Bearer*: Bearer <token/Chave API>

Convém referir que a Chave API é também um *token*. A divisão entre utilizadores e chaves API permite uma mais fácil gestão dos *tokens* recebidos pela API bem como usar duas formas diferentes de os gerar/verificar com o possível benefício de melhorar a segurança da API.

Os *tokens* gerados pela API serão JWTs. Contudo poderiam ser outro tipo de *tokens* (por exemplo uma *string* aleatória e única) que o processo de envio dos *tokens* para a API manter-se-ia igual.

Após descrito como poderão ser feitos os pedidos à API, irá ser apresentado possíveis fluxos de interação entre utilizadores (*browser*, *app*, etc) e o servidor da API.

O fluxo de autenticação de um utilizador na API a ser implementado será o seguinte:

¹²Mais informação em <https://tools.ietf.org/html/rfc6750>

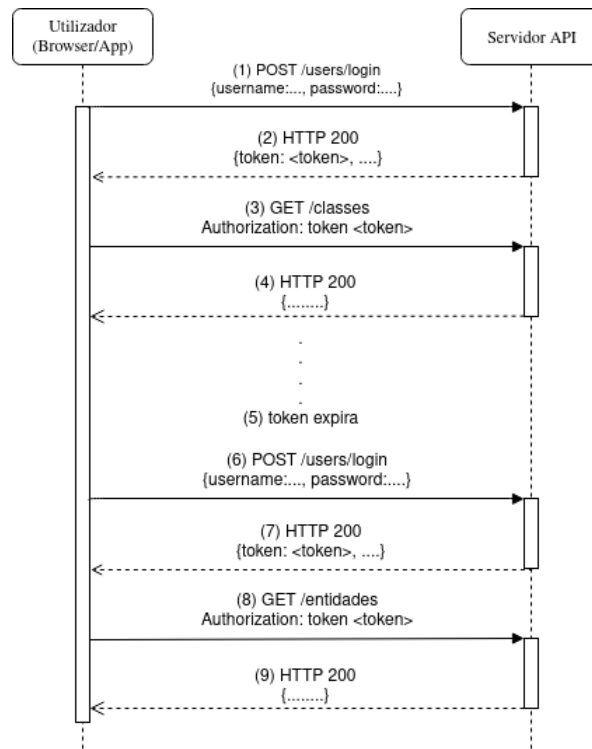


Figura 7: Fluxo de autenticação e posteriores pedidos de um utilizador

1. Utilizador autentica-se ao providenciar o seu *email* e a sua *password*
2. Caso o utilizador se autentique com sucesso é devolvido um *token* que deve ser usado nos restantes pedidos até expirar
3. Utilizador realiza um pedido para obter as classes, colocando o token na *header Authorization*
4. Caso o *token* enviado seja válido e não tenha expirado são devolvidas as classes
5. *Token* expirou após o tempo definido
6. Utilizador realiza uma nova autenticação por forma a obter um novo *token*
7. Caso o utilizador se autentique com sucesso é devolvido um *token* que deve ser usado nos restantes pedidos até expirar
8. Utilizador realiza um pedido para obter as entidades, colocando o token na *header Authorization*
9. Caso o *token* enviado seja válido e não tenha expirado são devolvidas as entidades

O fluxo de autenticação e renovação de uma Chave API na API a ser implementado será o seguinte:

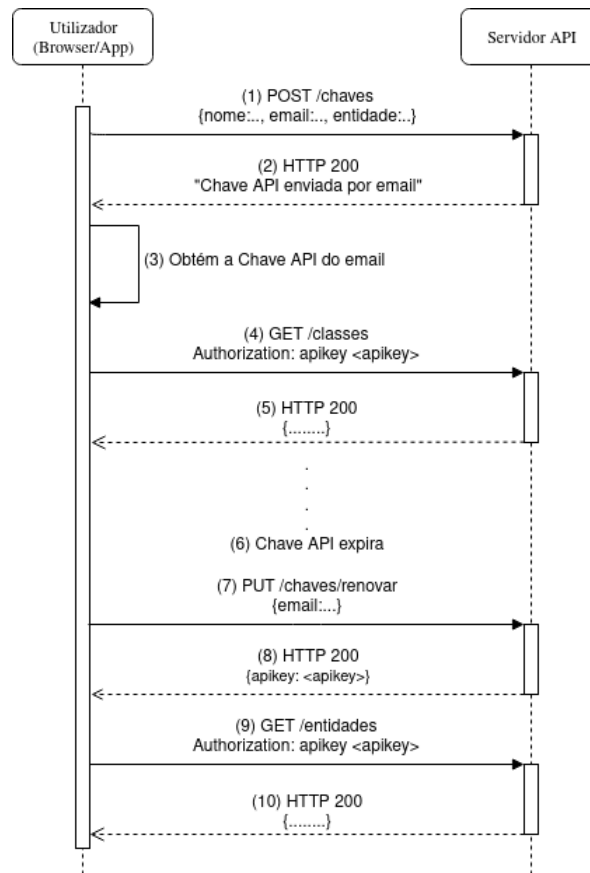


Figura 8: Fluxo de autenticação e posteriores pedidos de uma chave API

1. Utilizador cria uma chave API ao providenciar o nome, email e entidade
2. A Chave API é enviada para o email fornecido pelo utilizador com o objetivo de ser usada nos próximos pedidos
3. O utilizador obtém a chave API do email enviado
4. Utilizador realiza um pedido para obter as classes, colocando a chave API na *header Authorization*
5. Caso a Chave API enviada seja válida e não tenha expirado são devolvidas as classes
6. Chave API expirou após o tempo definido
7. Utilizador renova a Chave API ao providenciar o email usado para criar a Chave API
8. A nova (renovada) Chave API é devolvida para ser usada nos restantes pedidos
9. Utilizador realiza um pedido para obter as entidades, colocando a Chave API na *header Authorization*
10. Caso a Chave API enviada seja válida e não tenha expirado são devolvidas as entidades

2.3.1 Verificação dos tokens no servidor API

Para proteger as rotas da API é necessário haver métodos de verificação dos *tokens* com o objetivo de decidir se o utilizador/Chave API pode aceder a uma determinada rota. De seguida será apresentado o pseudo-código de verificação dos *tokens* tendo em conta que os utilizadores registados conseguem aceder a todas as rotas que as Chaves API conseguem mas que o inverso não acontece. Ou seja, um utilizador registado até o de nível mais baixo por exemplo, consegue aceder a todas as rotas que as Chaves API tem acesso e mais algumas nas quais as Chaves API não têm permissões de acesso.

Por forma a validar se uma Chave API pode aceder a uma determinada rota pode ser executada a seguinte função em *middleware*:

```
function isLoggedInKey(req, res, next)
  key = getJWTfromHeaderOrQueryString('apikey')

  if key then
    keyBD = getKeyFromMongoDB(key)
    if keyBD then
      res = jwt.verify(key, secretForAPIkey)
      if res != expired then
        if keyBD.active == True then
          return next()
        else
          return err
      else
        return err
    else
      return err
  else
    return isLoggedInUser(req, res, next)
```

Exemplo 2.4: Verificação se um pedido com uma determinada Chave API pode ser efetuado

É importante destacar a chamada da função `isLoggedInUser` que é executada no caso de não ser detetado uma Chave API no pedido (na *header Authorization* ou na *query string apikey*) e como tal, com essa chamada, tenta-se perceber se afinal foi passado um *token* de um utilizador já que todos os utilizadores conseguem aceder às rotas que as Chaves API conseguem como já referido.

No seguimento, para validar se um determinado *token* de um utilizador registado pode aceder a uma determinada rota é executada a seguinte função em *middleware*:

```
JWTstrategy = passport-jwt.Strategy

passport.use("jwt", new JWTstrategy(
  secretOrKey: secret,
  algorithms: ["HS256"],
  jwtFromRequest: getJWTfromHeaderOrQueryString('token')
```

```
, (token, done) => done(null, token)))

function isLoggedInUser(req, res, next)
  passport.authenticate("jwt", { session: false }, function (err, user, info)
    if err then
      return err
    if !user then
      return err
    req.logIn(user, function(err)
      if err then
        return err

      next()
    )
  )(req, res, next)
```

Exemplo 2.5: Verificação se um pedido com um determinado *token* de um utilizador registado pode ser efetuado

Os *tokens* tanto das Chaves API como de *tokens* de utilizadores registados são obtidos através da utilização de extratores presentes na estratégia `passport-jwt` do `passport`. Assim para extrair o *token* da *query string* basta:

```
var ExtractJWT = require("passport-jwt").ExtractJwt
token = ExtractJWT.fromUrlQueryParameter("<nome do campo, 'token' ou 'apikey' no caso da CLAV>")
```

Exemplo 2.6: Extração do *token* da *query string*

Já para extrair o *token* da *header Authorization* basta:

```
var ExtractJWT = require("passport-jwt").ExtractJwt
token = ExtractJWT.fromAuthHeaderWithScheme("<palavra antes do token, 'Bearer' no caso dum bearer token, 'token' ou 'apikey' no caso da CLAV>")
```

Exemplo 2.7: Extração do *token* da *header Authorization*

Para verificar se o utilizador registado tem um nível suficiente para aceder a uma rota, depois de se verificar que o utilizador está autenticado (`isLoggedInUser`), deve-se executar também em *middleware* a seguinte função:

```
function checkLevel(clearance)
  return function(req, res, next)
    havePermissions = False

    if clearance is Array then
      if req.user.level in clearance then
        havePermissions = True
    else
      if req.user.level >= clearance then
```

```

        havePermissions = True

    if havePermissions then
        return next()
    else
        return err

```

Exemplo 2.8: Verificação se um utilizador registado tem permissões suficientes para aceder a uma determinada rota

Ou seja, a variável `clearance` poderá ser uma lista de números ou apenas um número. No primeiro caso verifica-se que o nível do utilizador está presente na lista, em caso afirmativo então o utilizador tem permissões para aceder. Já no segundo caso, o utilizador só terá permissões para aceder se o seu nível foi igual ou superior ao `clearance`.

Com estas três funções (`isLoggedInKey`, `isLoggedInUser` e `checkLevel`) é possível proceder à proteção da API da CLAV garantindo que utilizadores com diferentes níveis de acesso apenas conseguem aceder ao que lhes é permitido.

2.4 AUTENTICAÇÃO.GOV

O Autenticação.gov surgiu da necessidade de identificação unívoca de um utilizador perante sítios na Web. [1] Será esta quem realiza o processo de autenticação do utilizador e que fornecerá os atributos do utilizador necessários para identificar o utilizador numa entidade (*website*/portal).

O CC em conjunto com o Autenticação.gov permite obter os identificadores dos utilizadores junto das entidades participantes da iniciativa do CC (funcionalidade de Federação de Identidades da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública). Além disso, o Autenticação.gov gere os vários fornecedores de atributos disponíveis bem como possui uma estreita ligação com a infraestrutura de chave pública do Cartão de Cidadão (Public Key Infrastructure (PKI)), com o intuito de manter os elevados níveis de segurança e privacidade no processo de autenticação e identificação. [1]

O Autenticação.gov permite também a criação de credencias comuns a todos os sites da AP, ou seja, o utilizador apenas necessita de se autenticar uma vez que poderá aceder aos vários portais (Portal do Cidadão, etc) com a mesma autenticação.

Para além disso o utilizador pode autenticar-se utilizando outros certificados digitais que não o CC (por exemplo Chave Móvel Digital (CMD), *user+password* ou redes sociais, estes dois últimos quando o *website*/portal necessita apenas de conhecer do utilizador o *email*).

No projeto CLAV irá ser implementado a autenticação com recurso ao Autenticação.gov através de dois certificados digitais diferentes:

- **Cartão de Cidadão (CC):** Já se encontra implementado como referido na secção 2.1.2. A autenticação é realizada através da leitura do CC (através de um leitor de cartões sendo

necessário a instalação de *software* do Autenticação.gov para proceder à leitura do CC) e posterior inserção do PIN de autenticação recebido quando se cria/renova o CC.

- **Chave Móvel Digital (CMD)**: Um dos objetivos desta tese é a implementação da autenticação com recurso a este certificado digital. Com o CMD, após o utilizador associar um número de telemóvel ao NIC, o utilizador pode autenticar-se com o número de telemóvel, o código PIN da CMD e o código de segurança temporário enviado por SMS.

De forma a completar a figura 3 apresenta-se de seguida o fluxo de pedidos efetuado entre a CLAV e o Autenticação.gov de forma a autenticar um utilizador na CLAV: [1]



Figura 9: Fluxo de pedidos entre a CLAV e o Autenticação.gov de forma a autenticar um utilizador na CLAV. Fonte: [1]

1. O utilizador pretende aceder à área privada do portal de uma entidade (da CLAV), na qual é necessário que comprove a sua identidade;
2. O portal da entidade (CLAV) delega a autenticação e redireciona o utilizador para o Autenticação.gov, juntamente com um pedido de autenticação assinado digitalmente;
3. O Autenticação.gov valida o pedido de autenticação recebido e solicita a autenticação do utilizador com recurso ao seu CC pedindo a inserção do seu PIN de autenticação. Durante este processo, o Autenticação.gov efetua as seguintes operações internas:
 - a) Valida as credenciais do utilizador com recurso à PKI do CC via OCSP
 - b) Obtém atributos que sejam solicitados pelo portal da entidade (CLAV) junto dos vários fornecedores de atributos qualificados. Esta operação é efetuada via

Plataforma de Interoperabilidade. Este processo pode incluir a obtenção de dados da Federação de Identidades ou de outras Entidades.

4. A identificação e atributos do utilizador são autenticadas e assinados digitalmente pelo Autenticação.gov, após o que redireciona o utilizador de volta ao portal da entidade original (CLAV). Cabe à entidade (CLAV) a validação das credenciais do Autenticação.gov e utilização dos atributos do cidadão.

A troca de pedidos entre a CLAV e o Autenticação.gov é feita através de SAML 2.0 (com as extensões que a AMA considera obrigatórias). De seguida será feita uma pequena introdução ao SAML 2.0.

2.4.1 SAML 2.0

O Security Assertion Markup Language (SAML) define uma *framework standard* em XML. [5] Foi aprovado pela OASIS e permite a troca segura de informação de autenticação e autorização entre diferentes entidades. Através do SAML é possível através de uma credencial (*login* de um utilizador) aceder autenticado a um conjunto de *websites*. Esta funcionalidade é conhecida por Single Sign On (SSO).

Existem três tipos de papéis em SAML: [11]

- Utilizador
- *Identity Provider*: Realiza a autenticação de que o utilizador é quem diz ser e envia essa informação ao *Service Provider* junta com as permissões de acesso do utilizador para o serviço
- *Service Provider*: Precisa de autenticação do *Identity Provider* para poder dar autorização ao utilizador

O documento XML enviado pelo *Identity Provider* para o *Service Provider* é conhecida por *SAML Assertion*. Existem três tipos de *SAML Assertion*: [11]

- *Authentication Assertion*: Prova a identificação de um utilizador e fornece a hora em que o utilizador se autenticou e o método de autenticação usado
- *Attribution Assertion*: Envia *SAML attributes* (formato de dados que contém informação acerca do utilizador) para o *Service Provider*
- *Authorization Assertion*: Indica se o utilizador está autorizado a usar o serviço ou se o *Identity Provider* recusou o pedido à inserção de uma password errada ou por falta de permissões para usar o serviço

No projeto CLAV o utilizador final é o utilizador da CLAV, o *Identity Provider* é representado pelo Autenticação.gov e o *Service Provider* é representado pela CLAV.

2.5 SWAGGER

O *Swagger* é um ecossistema de ferramentas para desenvolver APIs com a *OpenAPI Specification* (OAS).

Até 2015 o *Swagger* consistia numa especificação e num ecossistema de ferramentas para implementar a especificação. Em 2015 a fundadora do *Swagger*, *SmartBear Software*, doou a especificação *Swagger* para a *Linux Foundation* e renomeou a especificação para *OpenAPI Specification*. [15]

A especificação *OpenAPI* é agora desenvolvida pela *OpenAPI Initiative* que envolve várias empresas tecnológicas entre as quais *Microsoft*, *Google*, *IBM* e a fundadora *Smartbear Software*.

Já o conjunto de ferramentas *Swagger* inclui ferramentas *open-source*, gratuitas e comerciais que podem ser usadas em diferentes estágios do ciclo de vida de uma API, que inclui documentação, desenho, testes e *deployment*. Algumas das ferramentas são: [13]

- **Swagger Editor**: Permite editar especificações *OpenAPI* em *YAML* no *browser*¹³, validar as especificações em relação às regras do OAS bem como pré-visualizar a documentação em tempo real. Facilita o desenho e a documentação de APIs REST
- **Swagger UI**: Coleção de *assets HTML*, *JavaScript* e *CSS* que geram dinamicamente documentação a partir de uma especificação *OpenAPI* de uma API
- **Swagger Codegen**: Permite a geração de bibliotecas cliente (geração de SDK), *server stubs* e documentação automática a partir de especificações *OpenAPI*
- **Swagger Inspector** (gratuita): Ferramenta de testes de APIs que permite validar as APIs e gerar definições *OpenAPI* de APIs existentes
- **SwaggerHub** (gratuita e comercial): Desenho e documentação de APIs, construído para equipas que trabalham com *OpenAPI*

O *Swagger* possui duas abordagens: [17]

- *top-down*: Uso do *Swagger Editor* para criar a especificação *OpenAPI* e depois usar o *Swagger Codegen* por forma a gerar o código do cliente e do servidor. Ou seja, primeiro desenha-se a API antes de escrever código
- *bottom-up*: Utilizador já possui uma API REST e o *Swagger* irá ser usado apenas para documentar a API existente

Visto que a CLAV já possui grande parte da API construída vai ser usada uma abordagem *bottom-up*. Portanto, o *Swagger* vai ser usado apenas para a documentação da API. De forma a produzir a documentação, do portfólio de ferramentas do *Swagger* apenas precisaremos de utilizar o *Swagger UI* e o *Swagger Editor*. O primeiro permitirá apresentar aos utilizadores a documentação gerada e o segundo permitirá validar a especificação *OpenAPI* (documentação) criada, verificando se não possui erros.

¹³ Aceder <https://editor.swagger.io/>

2.5.1 Especificação OpenAPI

A especificação *OpenAPI* providencia um conjunto de propriedades que podem ser usadas para descrever uma *API REST*. Com um documento de especificação válido é possível usá-lo para criar uma documentação interativa, por exemplo, através do *Swagger UI*.

De seguida será apresentado o que é possível documentar com a especificação *OpenAPI* e como. É possível usar *YAML* como *JSON* para a especificar. Esta parte será demonstrada usando *YAML*.¹⁴

Metadata

O primeiro passo é escolher a versão da especificação *OpenAPI* que irá ser usada para documentar:

```
openapi: 3.0.0
```

Exemplo 2.9: Exemplo de indicação da versão da especificação *OpenAPI*

Depois na secção **info** é possível descrever um pouco sobre a *API* que estamos a documentar, indicando o título, a descrição e a versão da *API*. As propriedades **title** e **version** são obrigatórias. É possível também colocar informação sobre os contactos disponíveis, termos de uso e a licença.¹⁵

```
info:
  title: CLAV API
  description: Esta é a API do projeto CLAV...
  version: 1.0.0
```

Exemplo 2.10: Exemplo de secção **info** indicando título, descrição e versão da *API* na especificação *OpenAPI*

Servidores

Há depois uma secção com o nome de **servers** para indicar os *URLs* da *API* que se pode aceder. Podem ser indicados mais do que um *URL*.¹⁶

```
servers:
- url: http://clav-api.dglab.gov.pt/api
  description: Official API server
- url: http://clav-test.di.uminho.pt/api
  description: Testing server
- url: http://localhost:7779/api
```

¹⁴A especificação completa do *OpenAPI* com versão igual a 3.0.0 pode ser vista em <https://github.com/OAI/OpenAPI-Specification/blob/master/versions/3.0.0.md>

¹⁵Ver mais em <https://github.com/OAI/OpenAPI-Specification/blob/master/versions/3.0.0.md#infoObject>

¹⁶Para mais detalhes sobre esta secção veja <https://swagger.io/docs/specification/api-host-and-base-path/>

```
description: Local server
```

Exemplo 2.11: Exemplo de secção **servers** indicando os *URLs* e a descrição de cada na especificação *OpenAPI*

Caminhos/Rotas

De seguida apresenta-se uma das secções mais importantes da especificação, a secção **paths**. Aqui são definidas as rotas que a **API** disponibiliza. Para definir cada rota basta indicar o caminho relativo aos **URLs** definidos na secção **servers** (<server-url>/<caminho relativo>). Nesta secção é definido tudo que envolve as rotas, desde os parâmetros necessários, as respostas que devolve, os métodos *HTTP* disponíveis, etc.^{17,18}

```
paths:
  /users/{id}:
    get:
      summary: Resumo do que faz a rota
      description: >
        Descrição detalhada, pode ser usado Markdown para enriquecer o texto
      parameters:
        - name: id
          in: path
          description: Id do utilizador
          required: true
          schema:
            type: string
      responses:
        200:
          description: Descrição da resposta, p.e: Sucesso
          content:
            application/json:
              schema:
                #A estrutura do JSON devolvido pode ser definido logo aqui ou num
                #componente à parte, fazendo referência desse. Iremos aplicar
                #o segundo caso para demonstrar que estas funcionalidades
                #tornam a documentação mais fácil de manter
                $ref: '#/components/schemas/User'
    post:
      ...
    delete:
      ...
  /users:
    ...

components:
  schemas:
    User:
```

¹⁷Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/paths-and-operations/>

¹⁸mais detalhes sobre a funcionalidade **\$ref** em <https://swagger.io/docs/specification/using-ref/>

```

type: object
properties:
  id:
    type: string
  ...
required:
  - id
  ...

```

Exemplo 2.12: Exemplo de secção `paths` indicando os detalhes de cada rota na especificação *OpenAPI*

Outro ponto importante a referir é que é possível agrupar as rotas em grupos através do uso de *tags*. As *tags* tem de ser definidas numa secção chamada *tags*:

```

tags:
  - name: users
    description: Descrição
  - name: classes
    description: Outra descrição

```

Exemplo 2.13: Exemplo de secção `tags` definindo tags na especificação *OpenAPI*

Depois em cada rota é necessário indicar a que *tag* (grupo) pertence:

```

paths:
  /users/{id}:
    get:
      summary: Resumo do que faz a rota
      tags:
        - users
      ...

```

Exemplo 2.14: Exemplo de uso de *tags* numa rota na especificação *OpenAPI*

Parâmetros

Como já exemplificado no exemplo 2.12 os parâmetros de uma rota são definidos na secção `parameters` de cada rota. Existem quatro tipos de parâmetros que variam de acordo com o local onde se encontram. O tipo de um parâmetro é definido na propriedade `in` de um parâmetro e pode ser um dos seguintes:

- Parâmetros no caminho: Servem normalmente para apontar para um recurso específico. Estes parâmetros são sempre obrigatórios como tal a propriedade `required` com o valor igual a verdadeiro deve ser sempre adicionado. Para além disso o `name` tem de ser igual ao que está no caminho. A propriedade `in` tem o valor de *path*.
- Parâmetros na *query string*: A propriedade `in` tem o valor de *query*. No caso de tokens passados em parâmetros da *query string* deve-se usar esquemas de segurança, veja a secção 2.5.1 Autenticação.

- Parâmetros no cabeçalho: A propriedade `in` tem o valor de *header*. Contudo os cabeçalhos *Accept*, *Content-Type* e *Authorization* não são aqui definidos.
- Parâmetros no cabeçalho da *Cookie*: A propriedade `in` tem o valor de *cookie*.

Cada parâmetro tem várias propriedades que permitem defini-lo:¹⁹

- **required**: Indica se o parâmetro é obrigatório ou opcional. Possíveis valores são *true* ou *false*.
- Na propriedade **schema**:
 - **default**: Valor padrão de um parâmetro opcional
 - **type**: O tipo do parâmetro. Possíveis valores: *string*, *integer*, etc
 - **enum**: Indica os possíveis valores para o parâmetro
 - **nullable**: Indica se o parâmetro pode ser *null*. Possíveis valores são *true* ou *false*.
- **allowEmptyValue**: Indica se o parâmetro pode ser vazio. Apenas aplicável no caso de um parâmetro na *query string*. Possíveis valores são *true* ou *false*.
- **example**: Um exemplo do valor
- **examples**: Múltiplos exemplos
- **deprecated**: Indica se o parâmetro é ou não *deprecated*. Possíveis valores são *true* ou *false*.

Request Body

O *request body* é definido em cada rota na secção **requestBody** sendo usado essencialmente em rotas com o método **HTTP** igual a POST ou a PUT, ou seja, em casos que há necessidade de criar ou alterar um objeto de acordo com a informação fornecida no pedido. As propriedades que podem ser definidas no **requestBody** são as seguintes:^{20,21}

- **description**: Opcionalmente pode ser adicionada uma descrição
- **required**: Indica se o *request body* é obrigatório ou opcional. Possíveis valores são *true* ou *false*. Por padrão o *request body* é opcional.
- **content**: Obrigatório. Lista os *media types* consumidos pela rota e especifica o **schema** para cada *media type*

¹⁹Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/describing-parameters/>

²⁰Para mais detalhes, desde *upload* de ficheiros, a *Form Datas*, veja em <https://swagger.io/docs/specification/describing-request-body/>

²¹Para mais informação sobre os *media types* veja <https://swagger.io/docs/specification/media-types/>

Respostas

Nesta secção, propriedade **responses** de cada rota, é descrita as possíveis respostas de cada rota. Na propriedade será definido as várias respostas, uma resposta por cada **HTTP status code** possível de ser devolvido pela rota. Cada resposta pode possuir as seguintes propriedades:²²

- **description**: Obrigatório, descrição da resposta
- **content**: Opcional, semelhante ao **content** do *request body* e define o conteúdo que é devolvido.
- **headers**: Opcional, define as *headers* que são devolvidas na resposta

Adição de Exemplos

Na secção 2.5.1 Parâmetros já se referiu como é possível adicionar exemplos aos parâmetros. De forma semelhante o mesmo pode ser realizado tanto no *request body* como nas respostas através da propriedade **example** (um exemplo) ou **examples** (múltiplos exemplos) aninhado na propriedade **schema** ou aninhado na “propriedade” *media type* no caso do **schema** ser uma referência para um modelo presente na secção **components**. A propriedade **example** pode também ser usada em objetos ou propriedades de um **schema**. Por fim, para adicionar exemplos de **XML** ou **HTML** os exemplos devem ser exemplificados como *strings*:²³

```
content:
  application/xml:
    schema:
      $ref: '#/components/schemas/xml'
    examples:
      xml:
        summary: A sample XML response
        value: '<objects><object><id>1</id><name>new</name></object><object><id>
          2</id></object></objects>'
  text/html:
    schema:
      type: string
    examples:
      html:
        summary: A list containing two items
        value: '<html><body><ul><li>item 1</li><li>item 2</li></ul></body></html>
          >'
```

Exemplo 2.15: Exemplo de adição de exemplos para **XML** e **HTML** na especificação *OpenAPI*

²²Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/describing-responses/>

²³Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/adding-examples/>

Modelos

A secção **schemas** presente na secção **components** permite definir estruturas de dados (modelo) a serem usados na **API**. Estes modelos podem ser referenciados usando a funcionalidade **\$ref**.²⁴

Autenticação e Autorização

Nesta secção será demonstrada como se pode adicionar a autenticação e autorização à especificação *OpenAPI*. Para tal é necessário criar *security schemes*. Os esquemas são definidos na secção **securitySchemes** dentro da secção **components**. Para cada esquema de segurança é necessário definir a propriedade **type**. Na especificação é possível descrever os seguintes esquemas de segurança:

- Esquemas de autenticação **HTTP** (usam o cabeçalho *Authorization*) (**type** = **http**):
 - *Basic* (propriedade **scheme** = **basic**)
 - *Bearer* (propriedade **scheme** = **bearer** e pode também ser definido o formato do *Bearer* (a palavra usada antes de indicar o *token*) através da propriedade **bearerFormat**)
 - Outros esquemas **HTTP** definidos pelo **RFC 7235** e pelo registo de esquemas de autenticação **HTTP**
- Chaves **API** no cabeçalho, na *query string* ou em *cookies* (**type** = **apiKey** e na propriedade **in** indicar em que local se encontra, se no cabeçalho (**header**), se na *query string* (**query**) ou se nas *cookies* (**cookie**))
- *OAuth 2* (**type** = **oauth2**)
- *OpenID Connect Discovery* (**type** = **openIdConnect**)

Após definir os esquemas de segurança é necessário aplicá-los nas rotas que devem estar protegidas por esses esquemas. Para tal em cada rota pode ser definida a propriedade **security** e indicar os esquemas de segurança que essa rota suporta.²⁵

Alternativas

Em termos de alternativas à especificação *OpenAPI* existem duas concorrentes: **RAML**²⁶ e **API Blueprint**²⁷.

Comparemos as três hipóteses: [14]

²⁴Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/data-models/>

²⁵Mais detalhes em <https://swagger.io/docs/specification/authentication/>

²⁶Ver <https://github.com/raml-org/raml-spec/blob/master/versions/raml-10/raml-10.md/>

²⁷Ver <https://github.com/apiaryio/api-blueprint/blob/master/API%20Blueprint%20Specification.md>

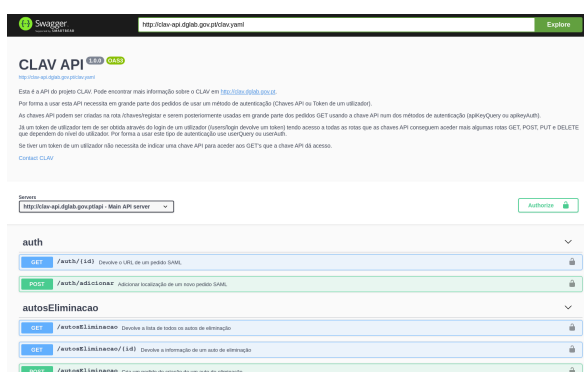
Especificação	Vantagens	Desvantagens
<i>OpenAPI</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Grande adoção • Grande comunidade de utilizadores • Bom suporte • Suporte para várias linguagens 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de construtores avançados para metadados
RAML	<ul style="list-style-type: none"> • Suporta construções avançadas • Adoção decente • <i>Human readable format</i> • Grande apoio da indústria 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ferramentas ao nível do código • Ainda não comprovado a longo prazo
<i>API Blueprint</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil de entender • Simples de escrever 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca adoção • Falta de construtores avançados • Instalação complexa

Tabela 1: Comparação entre especificações de documentação de APIs

Além das vantagens apresentadas as três são *open-source*. Para além disso, o *OpenAPI* pode ser escrito em [JSON](#) ou [YAML](#), o [RAML](#) é escrito em [YAML](#) e o *API Blueprint* é escrito em *Markdown*. Escolheu-se a especificação *OpenAPI* devido à sua grande adoção e por permitir usar o ecossistema de ferramentas *Swagger*.

2.5.2 Swagger UI

O *Swagger UI* permite a qualquer um visualizar uma [API REST](#). A partir de um documento [JSON](#) ou [YAML](#) (especificação *OpenAPI*) é automaticamente gerado uma documentação interativa.

Figura 10: *Swagger UI* exemplo

Alternativas

Existem várias alternativas ao *Swagger UI*:

Ferramenta	Vantagens	Desvantagens
<i>Swagger UI</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Suporta a especificação <i>OpenAPI</i> • <i>Open-source</i> • Amplamente usado 	
<i>Apiary</i> ²⁸	<ul style="list-style-type: none"> • Suporta a especificação <i>API Blueprint</i> e a especificação <i>OpenAPI</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessário pagar de forma a poder integrar a documentação da <i>API</i> num domínio próprio • <i>Closed-source</i>
<i>API Console</i> ²⁹	<ul style="list-style-type: none"> • Suporta a especificação <i>RAML</i> e a especificação <i>OpenAPI</i> • <i>Open-source</i> 	
<i>Slate</i> ³⁰	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Open-source</i> • <i>API</i> definida em <i>Markdown</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Não suporta nenhuma especificação
<i>apiDoc</i> ³¹	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação criada a partir das anotações nos comentários do código • <i>Open-source</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Não suporta nenhuma especificação
<i>ReDoc</i> ³²	<ul style="list-style-type: none"> • Suporta a especificação <i>OpenAPI</i> • <i>Open-source</i> • Fácil de integrar 	

Tabela 2: Comparação entre ferramentas de *APIs*

De forma a escolher a ferramenta apropriada é necessário ter em conta que:

- Não há financiamento
- Já existe uma *API* desenvolvida

²⁸Ver <https://apiary.io/>

²⁹Ver <https://github.com/mulesoft/api-console>

³⁰Ver <https://github.com/slatedocs/slate>

³¹Ver <https://apidocjs.com/>

³²Ver <https://github.com/Redocly/redoc>

- A documentação deve estar acessível de um domínio próprio
- A documentação deve ser fácil de criar, de editar e de manter
- Será usada a especificação *OpenAPI*

As escolhas ficam como tal reduzidas ao *Swagger UI* e ao *ReDoc*. Optou-se por escolher o *Swagger UI* visto ser a ferramenta mais amplamente usada para além de que é possível obter também uma fácil integração no *Swagger UI* com recurso à package `swagger-ui-express` que falaremos na próxima secção.

2.6 DOCUMENTAÇÃO DA API DO CLAV

Agora sabendo que será usada a especificação *OpenAPI* e o *Swagger UI* é importante perceber que bibliotecas devem ser usadas para a produção da documentação.

Existem duas *packages* que podem ser usadas para criar documentação interativa para uma *API REST* criada com *Node.js* e *Express.js*: [17]

- `swagger-node-express`
 - Vantagens
 - * Módulo oficial suportado pelo *Swagger*
 - * É *open-source* e como tal é possível contribuir para a correção de problemas
 - * A solução contém *Swagger Editor* e *Swagger Codegen* e como tal tanto podemos usar uma abordagem *top-down* como *bottom-up*
 - Desvantagens
 - * Instalação manual do *Swagger UI*. O código do *Swagger UI* tem de ser copiado manualmente para o projeto e sempre que há uma atualização é necessário copiar novamente manualmente
 - * Instalação complexa. Por forma a aplicação hospedar a documentação é necessário adicionar algumas rotas ao servidor para além das já definidas na especificação *OpenAPI*
 - * Fraca documentação
- `swagger-ui-express`
 - Vantagens
 - * É *open-source* e como tal é possível contribuir para a correção de problemas
 - * Não é necessário copiar manualmente o *Swagger UI*
 - * De fácil instalação, apenas é necessário adicionar uma rota aonde estará hospedada a documentação

- * Boa documentação
- Desvantagens
 - * Não é o módulo oficial suportado pelo *Swagger*

Das duas foi escolhida a `swagger-ui-express` visto ser de mais simples implementação e de mais fácil manutenção.

```
var swaggerUI = require('swagger-ui-express')
//JSON
var swaggerDocument = require('./swagger.json')
//ou YAML
var yaml = require('js-yaml')
var fs = require('fs')
var swaggerDocument = yaml.load(fs.readFileSync('./swagger.yaml'))

app.use('/doc', swaggerUI.serve, swaggerUI.setup(swaggerDocument));
```

Exemplo 2.16: Exemplo de uso do `swagger-ui-express`

No exemplo 2.16 a documentação da API está presente na rota `/doc`. Neste exemplo é exemplificado como carregar uma especificação *OpenAPI* em `JSON` bem como em `YAML`. Quanto ao *middleware* `serve` retorna os ficheiros estáticos necessários para hospedar o *Swagger UI*. Já o segundo *middleware* `setup` para além de poder receber o documento com a especificação *OpenAPI* pode também receber um outro parâmetro de opções que o utilizador pode definir para a apresentação interativa da documentação com o *Swagger UI*³³.

Agora há duas abordagens possíveis de realizar a documentação:

- Documentação de cada rota nos comentários da rota através da utilização da *package* `swagger-jsdoc`³⁴
- Documentação à parte do código

A abordagem escolhida foi a da documentação à parte do código por forma a modularizar a documentação. A modularização da documentação foi realizada através do uso da *package* `yaml-include`³⁵. Esta *package* permite que o documento `YAML` da especificação *OpenAPI* possa ser dividida por vários ficheiros. Ela permite a inclusão de arquivos `YAML` externos ou a inclusão de pastas de ficheiros `YAML`. Esta funcionalidade é desaprovada pela equipa de desenvolvimento do `YAML` contudo é de grande ajuda e de simplificação da construção do ficheiro de especificação *OpenAPI*.

```
openapi: 3.0.0
info:
```

³³ As opções possíveis estão presentes em <https://github.com/scottie1984/swagger-ui-express>. Para o atributo (opção) `swaggerOptions` as opções possíveis estão presentes em <https://github.com/swagger-api/swagger-ui/blob/master/docs/usage/configuration.md>

³⁴ Ver <https://github.com/Surnet/swagger-jsdoc>

³⁵ Ver <https://github.com/claylo/yaml-include>

```

description: Esta é a API do projeto CLAV. Pode encontrar mais informação sobre
             o CLAV em [http://clav.dglab.gov.pt](http://clav.dglab.gov.pt).
version: 1.0.0
title: CLAV API
contact:
  name: CLAV
  email: clav@dglab.gov.pt
servers:
  - url: http://localhost:7779/api
    description: Local API server
paths: !!inc/dir [ 'paths' ]
components:
  schemas: !!inc/dir [ 'schemas', excludeTopLevelDirSeparator: true ]

```

Exemplo 2.17: Exemplo de uso do `yaml-include` no documento de especificação *OpenAPI* (*index.yaml*)

O ficheiro *index.yaml* será a raiz do documento de especificação *OpenAPI* a ser gerado com a *package* `yaml-include`. A estrutura dos ficheiros para gerar o documento de especificação *OpenAPI* final exemplifica como se pode dividir a documentação por vários ficheiros com esta *package*:

```

* index.yaml
* paths/
  * classes/
    * get.yaml
    * ~id/
      * get.yaml
  * users/
    * ~id/
      * post.yaml
      * delete.yaml
* schemas/
  * User.yaml

```

Exemplo 2.18: Exemplo de estrutura dos ficheiros para gerar o documento de especificação *OpenAPI*

Assim, o `!!inc/dir` fará que no ficheiro *index.yaml* na *tag* *paths* sejam incluídos todos os ficheiros que estão na pasta *paths*. Cada ficheiro corresponderá a uma determinada rota com um determinado método `HTTP`. O método `HTTP` é definido a partir do nome do ficheiro e o caminho da rota é determinado pelo nome das pastas e do aninhamento destas. Quando o nome da pasta é iniciado por “~” no caminho será colocado o nome da pasta sem o til entre chavetas (“{ }”) por forma a indicar um parâmetro que é colocado no caminho do pedido.

Já no caso do `!!inc/dir` dos *schemas* a opção `excludeTopLevelDirSeparator` permite que os ficheiros que estejam dentro da pasta *schemas* (mas não aninhados dentro de outras pastas) sejam incluídos sem qualquer aninhamento, assumindo o nome do ficheiro como o atributo a colocar.

O documento de especificação *OpenAPI* final gerado será:

```

openapi: 3.0.0
info:
  description: Esta é a API do projeto CLAV. Pode encontrar mais informação sobre
    o CLAV em [http://clav.dglab.gov.pt](http://clav.dglab.gov.pt).
  version: 1.0.0
  title: CLAV API
  contact:
    name: CLAV
    email: clav@dglab.gov.pt
servers:
  - url: http://localhost:7779/api
    description: Local API server
paths:
  /classes:
    get:
      <conteúdo do ficheiro paths/classes/get.yaml>
  /users/{id}:
    post:
      <conteúdo do ficheiro paths/~id/post.yaml>
    delete:
      <conteúdo do ficheiro paths/~id/delete.yaml>
components:
  schemas:
    User:
      <conteúdo do ficheiro schemas/User.yaml>

```

Exemplo 2.19: Documento de especificação *OpenAPI* gerado a partir do ficheiro *index.yaml* com o uso da *package* `yaml-include`

No final teremos um ficheiro no formato **YAML** com toda a documentação da **API** que poderá então ser usado para alimentar a documentação dinâmica *Swagger UI*.

2.7 EXPORTAÇÃO DE DADOS

Um dos requisitos da **API** da **CLAV** é permitir a exportação de Classes, Entidades, Tipologias e Legislações em formato **JSON**, **XML** e **CSV**. Deve também permitir exportar toda a ontologia do projeto nos formatos **Turtle**, **JSON-LD** e **RDF/XML**.

Para a primeira parte foi necessário desenvolver dois conversores, de **JSON** para **XML** e de **JSON** para **CSV** visto que o **JSON** já é por predefinição devolvido.

2.7.1 XML

O conversor de **JSON** para **XML** criado é representado pelo algoritmo presente no anexo **A.1**.

Com este algoritmo, os dados exportados estarão sempre encapsulados na *tag root* por forma a garantir que só existe um elemento *root* no documento XML gerado respeitando as regras do XML. Cada tipo de dados do JSON é convertido da seguinte forma:

- *string*: Mantém-se igual tirando os caracteres “<”, “>”, “&”, “'” e “” que são convertidos para a *Entity Reference*³⁶ correspondente
- *number*: Mantém-se igual
- *boolean*: Mantém-se igual
- *null*: Origina uma *string* vazia
- *array*: Cada item do *array* é encapsulado numa *tag item* que possui um atributo *index* que indica a posição do elemento no *array* e um atributo *type* que indica o tipo do elemento do *array*. O tipo pode ser *number*, *boolean*, *string*, *array* ou *object*.
- *object*: Para cada propriedade será criado uma *tag* com valor igual à chave da propriedade e ao valor da propriedade será aplicado recursivamente uma das transformações desta lista. Esta *tag* terá um atributo *type* em que o seu valor, tal como nos *arrays*, pode ser *number*, *boolean*, *string*, *array* ou *object*.

Apresenta-se no anexo B.1 uma conversão exemplo.

2.7.2 CSV

Da mesma forma que o XML, o CSV é convertido sem recurso a uma biblioteca que converta já de si o JSON para CSV visto que cada objeto JSON a exportar necessita de uma exportação personalizada para CSV. Ao contrário do conversor desenvolvido para XML, o conversor para CSV não converte qualquer objeto para CSV mas apenas um conjunto restrito de objetos JSON.

O algoritmo de conversão de JSON para CSV desenvolvido pode ser visualizado no anexo A.2.

O conjunto de objetos permitidos é lista de classes, de entidades, de tipologias e de legislações e objeto de classe, de entidade, de tipologia e de legislação.

Quanto à conversão em si, possui uma estrutura interna durante a conversão. Esta estrutura é uma lista de listas, em que cada lista representa uma linha do CSV. Cada elemento de uma das listas representará uma célula do CSV. A primeira lista será a primeira linha do CSV e como tal possuirá os títulos. As restantes listas serão as linhas seguintes do CSV em que cada elemento possuirá os valores já transformados em *strings* dos campos dos objetos.

Para além desta estrutura interna existe um dicionário que permite agilizar o algoritmo de conversão. Este dicionário possuirá vários dicionários, um por cada objeto (Classe, Entidade, Tipologia e Legislação) em que cada um destes dicionários irá ter como chaves os campos

³⁶“<” para “<”, “>” para “>”, “&” para “&”, “'” para “'” e “” para “"”

a converter. Para cada um destes campos existe um tuplo em que na primeira posição está presente o título a colocar no [CSV](#) referente a este campo e na segunda posição a função de transformação a executar para o valor do campo. Há a presença de três casos especiais:

- Quando o valor do campo é uma lista de objetos e pretendemos apenas um dos campos de cada objeto, o valor do campo deve ser `campo_campoDoObjeto` e deve ser usada a função de transformação `map_value(<campoDoObjeto>)`
- Quando o valor do campo é um objeto do qual irá resultar vários títulos, na primeira posição do tuplo deve estar presente uma *string* vazia e a função de transformação deve devolver uma lista com duas posições, na primeira com os títulos e na segunda com os valores transformados dos campos
- Quando o valor do campo é uma lista de objetos Classe, Entidade, Tipologia ou Legislação a primeira posição do tuplo deve ser `null` e a função de transformação deve devolver uma lista de listas sem a primeira linha de títulos

No caso da conversão de um objeto e consoante a transformação (ou seja, o título do dicionário) a inserção realizada na lista de listas varia:

- `título == null`: concatena-se a lista de listas devolvida pela função de transformação à lista de listas
- `título == ""`: concatena-se a lista dos elementos da primeira linha devolvida pela função de transformação com os elementos da primeira linha e realiza-se o mesmo para o caso da segunda linha devolvida, concatena-se a segunda linha com a segunda linha
- Nos restantes casos protege-se³⁷ o título presente no dicionário e adiciona-se à primeira lista; para além disso, o valor transformado devolvido pela função de transformação é adicionado já protegido à segunda lista.

No caso da conversão de uma lista de objetos, para cada objeto será feita a conversão já apresentada para um objeto, onde depois é ignorada a linha dos títulos em todos os objetos exceto no primeiro objeto da lista onde é mantido os títulos gerados. Ou seja, na primeira linha estará presente os títulos e nas seguintes linhas, em cada linha estará presente os valores de um objeto.

O último passo seja para uma lista ou para um único objeto é transformar a estrutura interna no [CSV](#). Este papel é desempenhado pela função `joinLines` em que os elementos de cada lista da lista são juntos de acordo com um separador (neste caso é usado o ponto e vírgula, “;”) tornando a lista de listas numa lista de *strings*. Por fim, as *strings* desta lista são juntas através da inserção de novas linhas (“\n”) entre cada *string* gerando o [CSV](#) final.

No anexo [B.2](#) apresenta-se um exemplo de uma conversão, onde o ficheiro [JSON](#) a converter é o mesmo usado para exemplificar a conversão de [XML](#) presente em [B.1.1](#).

³⁷colocar valor entre aspas (“)

2.7.3 Exportação da Ontologia

Por fim quanto à exportação da ontologia, das três é a mais simples visto que o *GraphDB*³⁸ possui funcionalidades de exportação dos triplos presentes numa BD armazenada no *GraphDB*.

Para um fácil uso e compatibilidade com os *standards* da indústria, o *GraphDB* implementou as interfaces da *framework RDF4J*, a especificação do protocolo W3C SPARQL³⁹ e suporta vários formatos de serialização RDF⁴⁰. [9]

O *GraphDB* é um *plugin SAIL* para a *framework RDF4J* fazendo uso extensivo dos recursos e infraestrutura do *RDF4J* especialmente do modelo RDF, dos *parsers RDF* e dos motores de pesquisa. [8]

Assim, o *GraphDB* possui uma REST API do servidor RDF4J⁴¹ a partir da qual é possível obter todos os triplos de uma BD através da rota

<url do GraphDB>/repositories/<id do repositório (BD)>/statements

indicando no cabeçalho HTTP *Accept* o formato de serialização RDF⁴⁰ de saída (*MIME type*⁴²) dos triplos. Dos vários formatos de serialização RDF serão apenas suportados (acessíveis) na CLAV, como já indicado, o Turtle (text/turtle), o JSON-LD (application/ld+json) e o RDF/XML (application/rdf+xml).

Apesar da facilidade de exportação da ontologia estes pedidos de exportação originam um grande consumo de recursos de *hardware* por parte do *GraphDB* visto que cada pedido devolve todos os triplos de uma BD (a atual BD da CLAV possui já cerca de 150 000 triplos explícitos e cerca de 85 000 triplos implícitos) para além da conversão necessária desses triplos para o formato de serialização RDF de saída. Deve-se então limitar o número de pedidos de exportação realizados ao *GraphDB*. Para tal irá ser usado o seguinte mecanismo de controlo/*cache*:

- Os ficheiros exportados são mantidos pela API da CLAV
- Mantém-se dois ficheiros por cada serialização RDF, um com os triplos explícitos e outro com os triplos implícitos.
- Se o ficheiro pretendido não existe na API da CLAV realiza-se o pedido de exportação ao *GraphDB*
- Se o ficheiro pretendido existe na API da CLAV mas não é atualizado há sete dias realiza-se o pedido de exportação ao *GraphDB*
- Se o ficheiro pretendido existe na API da CLAV e foi atualizado há menos de sete dias devolve-se ao utilizador o ficheiro guardado na API da CLAV

³⁸Base de Dados (BD) Semântica baseada em grafos compatível com os padrões W3C. Suporta RDF e SPARQL

³⁹Ver <https://www.w3.org/TR/sparql11-protocol/>

⁴⁰*TriG*, *BinaryRDF*, *TriX*, *N-Triples*, *N-Quads*, *N3*, *RDF/XML*, *RDF/JSON*, *JSON-LD* e *Turtle*

⁴¹Ver <https://rdf4j.org/documentation/rest-api/>

⁴²*Standard* que indica a natureza e o formato de um documento, ficheiro ou conjunto de *bytes*. Ver RFC 6838

- Mantém-se na [API](#) da [CLAV](#) apenas o ficheiro mais recente para cada versão de cada serialização [RDF](#)
- Cada ficheiro é apenas atualizado (removendo o antigo) quando é feito um pedido por um utilizador desse ficheiro

Assim, respeitando todas estas restrições, são mantidas pela [API](#) da [CLAV](#) no máximo seis ficheiros, dois por cada serialização [RDF](#). Para além disso estes ficheiros são atualizados no melhor caso de sete em sete dias e no pior caso nunca se o ficheiro nunca for requisitado pelos utilizadores.

2.7.4 Exportação na [API](#) de dados

Nesta secção será explicado de que forma será possível exportar os dados da [API](#). Para tal definiu-se a *query string* **fs** (formato de saída) onde é possível indicar claro está o formato de saída. Esta *query string* estará presente nas rotas onde será possível exportar os dados. Para além disso, nestas rotas também se pode indicar o formato de saída através do cabeçalho **Accept**.

De seguida são apresentadas as rotas onde é possível realizar exportação, os formatos de saída disponíveis para cada rota bem como os valores a usar de forma a obter uma exportação nesse formato:

Rota	Formato de saída (valor a usar)
GET /api/classes	<ul style="list-style-type: none"> • JSON (json ou application/json) • XML (xml ou application/xml) • CSV (csv ou text/csv ou ainda excel/csv se se pretender o CSV no formato para o <i>Excel</i>)
GET /api/classes/:id	
GET /api/entidades	
GET /api/entidades/:id	
GET /api/tipologias	
GET /api/tipologias/:id	
GET /api/legislacao	
GET /api/legislacao/:id	
GET /api/ontologia	<ul style="list-style-type: none"> • Turtle (turtle ou text/turtle) • JSON-LD (json-ld ou application/ld+json) • RDF/XML (rdf+xml ou application/rdf+xml)

Tabela 3: Rotas com exportação, formatos de saída disponíveis para cada rota e valores a usar por forma a exportar nesse formato de saída

Portanto, por exemplo para obter as Classes em [CSV](#) basta realizar o seguinte pedido à [API](#): GET /api/classes?fs=json

Já em termos de fluxo dos dados durante esta exportação, para as 8 primeiras rotas da tabela 3 inicialmente os dados são obtidos da [BD](#), caso o formato de saída seja o [JSON](#) é devolvido a quem pediu sem qualquer conversão. Caso contrário os dados são convertidos

através de um dos conversores já descritos para o formato de saída apropriado. Na última rota, a da exportação da ontologia, a informação é devolvida no formato apropriado pela própria BD (*GraphDB*) de acordo com o pedido.

CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

Esta dissertação tem vários objetivos distintos pelo que, nesta pré-dissertação, foram aprofundados vários temas diferentes. Temas estes que variam entre a proteção da [API](#), à exportação de dados e até à documentação desta [API](#).

Por forma a perceber o estado atual do projeto [CLAV](#), foram inicialmente apresentados os pontos mais importantes da [CLAV](#) referentes aos objetivos desta dissertação.

De seguida, foi introduzida a noção de [JWTs](#) e de [JWSs](#), com os quais será realizada a proteção da [API](#). Além disso, foi feita uma pequena introdução ao [Autenticação.gov](#) com o objetivo de preparar o desenvolvimento do mecanismo de autenticação com recurso à [Chave Móvel Digital](#).

Com o intuito de explicitar como será realizada a documentação da [API](#), foi introduzida a especificação *OpenAPI* e o *Swagger UI*, bem como as suas alternativas.

Ao fim desta introdução, foi aprofundado o processo de exportação da informação da [API](#) da [CLAV](#) para os vários formatos de saída que serão suportados.

Em termos de trabalho futuro, o mesmo passará por explorar o tema da *API Gateway*, permitindo avaliar se esta possibilitará a simplificação da comunicação entre utilizadores/interface e a [API](#) de dados. Por outro lado, este trabalho passará ainda por melhorar a documentação existente, com a introdução de mais exemplos e melhorando as descrições já presentes. Para além disso, será alterado o algoritmo usado na verificação dos [JWSs](#), mudando de HS256 ([HMAC](#) com o auxílio do [SHA-256](#)), que usa um segredo, para o [RSA](#), que usa um par de chaves pública/privada. Será também adicionada a possibilidade de autenticação pelo [Autenticação.gov](#), com recurso ao certificado digital [Chave Móvel Digital](#). Serão ainda implementados alguns mecanismos em falta, como o *refresh* de *caches* e o *backup* da informação da plataforma. Finalmente será realizada a integração da [CLAV](#) no [iAP](#).

BIBLIOGRAFIA

- [1] AMA. *Autenticação.gov - Fornecedor de autenticação da Administração Pública Portuguesa*, 1.5.1 edition, 12 2018.
- [2] AMA. Autenticação.gov, 2019. URL <https://autenticacao.gov.pt/fa/Default.aspx>. Acedido a 2019-11-20.
- [3] Auth0. Introduction to JSON Web Tokens, 2019. URL <https://jwt.io/introduction/>. Acedido a 2019-12-19.
- [4] DGLAB. CLAV - Classificação e Avaliação da Informação Pública, 2019. URL <http://clav.dglab.gov.pt>. Acedido a 2019-12-15.
- [5] Hal Lockhart, Thomas Wisniewski, Prateek Mishra, and Nick Ragouzis. *Security Assertion Markup Language(SAML) V2.0 Technical Overview*. OASIS, 7 2005.
- [6] Alexandra Lourenço, José Carlos Ramalho, Maria Rita Gago, and Pedro Penteado. Plataforma CLAV: contributo para a disponibilização de dados abertos da Administração Pública em Portugal. Acedido a 2019-11-20, 7 2019. URL <http://hdl.handle.net/10760/38643>.
- [7] Tim McLean. Critical vulnerabilities in JSON Web Token libraries, 3 2015. URL <https://auth0.com/blog/critical-vulnerabilities-in-json-web-token-libraries/>. Acedido a 2019-12-22.
- [8] Ontotext. Architecture & Components, 12 2019. URL <http://graphdb.ontotext.com/documentation/free/architecture-components.html>. Acedido a 2020-01-09.
- [9] Ontotext. About GraphDB, 1 2020. URL <http://graphdb.ontotext.com/documentation/free/about-graphdb.html>. Acedido a 2020-01-09.
- [10] Passport.js. Overview, 2019. URL <http://www.passportjs.org/docs/>. Acedido a 2019-12-17.
- [11] Jeff Petters. What is SAML and How Does it Work?, 8 2018. URL <https://www.varonis.com/blog/what-is-saml/>. Acedido a 2019-12-26.
- [12] Sebastián E. Peyrott. *The JWT Handbook*. 0.14.1 edition, 2018.
- [13] Ryan Pinkham. What Is the Difference Between Swagger and OpenAPI?, 10 2017. URL <https://swagger.io/blog/api-strategy/difference-between-swagger-and-openapi/>. Acedido a 2019-12-27.

- [14] Kristopher Sandoval. Top Specification Formats for REST APIs, 3 2016. URL <https://nordicapis.com/top-specification-formats-for-rest-apis/>. Acedido a 2019-12-31.
- [15] Swagger. What is Swagger?, 2019. URL <https://swagger.io/tools/open-source/getting-started/>. Acedido a 2019-12-27.
- [16] Mika Tuupola. Branca as an Alternative to JWT?, 8 2017. URL <https://appelsiini.net/2017/branca-alternative-to-jwt/>. Acedido a 2019-12-22.
- [17] Ivan Vasiljevic. Adding Swagger To Existing Node.js Project, 8 2017. URL <https://blog.cloudboost.io/adding-swagger-to-existing-node-js-project-92a6624b855b>. Acedido a 2019-12-28.



ALGORITMOS

A.1 CONVERSION DE JSON PARA XML

```
sizeTab = 4

function protectForXml(string)
    string = replace '<' by '&lt;' in string
    string = replace '>' by '&gt;' in string
    string = replace '&' by '&amp;' in string
    string = replace "'" by '&apos;' in string
    string = replace '"' by '&quot;' in string
    return string

function protectKey(string)
    string = replace '<' by '' in string
    string = replace '>' by '' in string
    string = replace '&' by '_' in string
    string = replace '"' by '' in string
    string = replace "'" by '' in string
    string = replace '\s+' by '_' in string
    return string

function json2xmlArray(array, nTabs)
    xml = ''
    len = length(array)

    for i=0; i < len; i++
        type = type of array[i]
        xml += repeat(' ', nTabs * sizeTab) + '<item index="' + i + '" type="' +
            type + '>'

        if type == 'object' or type == 'string' or type == 'boolean' or type == '
            number' then
            xml += json2xmlRec(array[i], nTabs + 1)

        if type == 'object' then
            xml += repeat(' ', nTabs * sizeTab)
```

```

        xml += '</item>\n'

    return xml

function json2xmlRec(json, nTabs)
    xml = ''
    type = type of json

    if type == 'object' then
        xml = '\n'

        if json is an Array then
            xml = json2xmlArray(json, nTabs)
        else
            for key in json
                aux = ''
                type = type of json[key]

                if type == 'object' then
                    if json[key] is an Array then
                        aux = '\n' + json2xmlArray(json[key], nTabs + 1)
                        type = 'array'
                    else
                        aux += json2xmlRec(json[key], nTabs + 1)

                        aux += repeat(' ', nTabs * sizeTab)
                else if type == 'string' then
                    aux = protectForXml(json[key])
                else if type == 'boolean' or type == 'number' then
                    aux = json[key]

                xml += repeat(' ', nTabs * sizeTab)
                xml += '<' + protectKey(key) + ' type="' + type + '>'
                xml += aux + '</' + protectKey(key) + '>\n'
            else if type == 'string' then
                xml = protectForXml(json)
            else if type == 'boolean' or type == 'number' then
                xml = json

    return xml

function json2xml(json)
    xml = '<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>\n'
    xml += '<root>'
    xml += json2xmlRec(json, 1)
    xml += '</root>'
    return xml

```

Exemplo A.1: Algoritmo de conversão de JSON para XML

A.2 CONVERSOR DE JSON PARA CSV

```

separator = ';'
types = ["classes", "classe", "entidades", "entidade", "tipologias", "tipologia",
        "legislacoes", "legislacao"]
convert_to = {
    "classe": {
        "codigo": ["Código", v => v],
        "titulo": ["Título", v => v],
        "descricao": ["Descrição", v => v],
        "notasAp": ["Notas de aplicação", map_value("nota")],
        "exemplosNotasAp": ["Exemplos de NA", map_value("exemplo")],
        "notasEx": ["Notas de exclusão", map_value("nota")],
        "termosInd": ["Termos Índice", map_value("termo")],
        "tipoProc": ["Tipo de processo", v => v],
        "procTrans": ["Processo transversal (S/N)", v => v],
        "dono": ["Dono", v => v],
        "participante": ["Participante", v => v],
        "donos": ["Donos do processo", map_value("sigla")],
        "participantes_sigla": ["Participante no processo", map_value("sigla")],
        "participantes_participLabel": ["Tipo de intervenção do participante",
            map_value("participLabel")],
        "processosRelacionados_codigo": ["Código do processo relacionado",
            map_value("codigo")],
        "processosRelacionados_titulo": ["Título do processo relacionado",
            map_value("titulo")],
        "processosRelacionados_idRel": ["Tipo de relação entre processos",
            map_value("idRel")],
        "legislacao_idLeg": ["Diplomas jurídico-administrativos REF Ids",
            map_value("idLeg")],
        "legislacao_titulos": ["Diplomas jurídico-administrativos REF Títulos",
            leg_titulos],
        "pca": ["", pca_df("pca")],
        "df": ["", pca_df("df")],
        "filhos": [null, filhos]
    },
    "entidade": {
        "sigla": ["Sigla", v => v],
        "designacao": ["Designação", v => v],
        "estado": ["Estado", v => v],
        "sioe": ["ID SIOE", v => v],
        "internacional": ["Internacional", internacional],
        "dono": ["Dono no processo", map_value("codigo")],
        "participante_codigo": ["Participante no processo", map_value("codigo")],
        "participante_tipoPar": ["Tipo de intervenção no processo", map_value("
            tipoPar")],
        "tipologias": ["Tipologias da entidade", map_value("sigla")]
    },
    "tipologia": {

```

```

    "sigla": ["Sigla", v => v],
    "designacao": ["Designação", v => v],
    "estado": ["Estado", v => v],
    "dono": ["Dono no processo", map_value("codigo")],
    "participante_codigo": ["Participante no processo", map_value("codigo")],
    "participante_tipoPar": ["Tipo de intervenção no processo", map_value("
        tipoPar")]
  },
  "legislacao": {
    "tipo": ["Tipo", v => v],
    "numero": ["Número", v => v],
    "data": ["Data", v => v],
    "sumario": ["Sumário", v => v],
    "fonte": ["Fonte", v => v],
    "link": ["Link", v => v],
    "entidades": ["Entidades", entidades],
    "regula": ["Regula processo", map_value("codigo")]
  },
  "pca": {
    "valores": ["Prazo de conservação administrativa", v => v],
    "notas": ["Nota ao PCA", v => v],
    "formaContagem": ["Forma de contagem do PCA", v => v],
    "subFormaContagem": ["Sub Forma de contagem do PCA", v => v],
    "justificacao_criterio": ["Critério PCA", map_value("tipoId")],
    "justificacao_refs": ["ProcRefs/LegRefs PCA", refs]
  },
  "df": {
    "valor": ["Destino final", destino_final],
    "notas": ["Notas ao DF", v => v],
    "justificacao_criterio": ["Critério DF", map_value("tipoId")],
    "justificacao_refs": ["ProcRefs/LegRefs DF", refs]
  }
}

internacional(value)
  if value == "" then
    return "Não"
  else
    return "Sim"

join(array)
  return join_with(array, '#\n')

map_value(key)
  return function(value)
    return join(map(value, p => p[key]))

leg_titulos(value)
  return join(map(value, l => l.tipo + ' ' + l.numero))

```

```

entidades(value)
  v = value

  if len(value) and "sigla" in value[0] then
    v = map(value, t => t.sigla)

  return join(v)

destino_final(value)
  if value == "NE" then
    value = ""

  return value

refs(value)
  procs_legs = []

  for just in value
    if len(just.processos) > 0 then
      procs_legs.push('(' + join(map(just.processos, p => p.procId)) + ')')
    else if len(just.legislacao) > 0 then
      procs_legs.push('(' + join(map(just.legislacao, l => l.legId)) + ')')
    else
      procs_legs.push('()')

  return join(procs_legs)

pca_df(key)
  return function(value)
    csvLines = [], []

    if type of value == "string" then
      csvLines[0].push(protect(key.toUpperCase()))
      csvLines[1].push(protect(value))
    else
      csvLines = convertOne(value, key)

    return csvLines

filhos(value)
  csvLines = []

  for classe in value
    aux = convertOne(classe, "classe")
    delete aux[0]
    csvLines = concat(csvLines, aux)

  return csvLines

protect(string)

```

```

    if string != null then
        if type of string == 'string' then
            string = replace ''' by '""' in string
            return ''' + string + '''
        else
            return '""'

joinLines(csvLines)
    len = len(csvLines)

    for i = 0; i < len; i++
        csvLines[i] = join_with(csvLines[i], separator)

    return join_with(csvLines, '\n')

convertOne(json, type)
    csvLines = [[], []]

    for key in convert_to[type]
        k = (split key by '_')[0]
        header = convert_to[type][key][0]

        if k in json then
            f = convert_to[type][key][1]
            value = f(json[k])

            if header == null then
                csvLines = concat(csvLines, value)
            else if header == "" then
                csvLines[0] = concat(csvLines[0], value[0])
                csvLines[1] = concat(csvLines[1], value[1])
            else
                csvLines[0].push(protect(header))
                csvLines[1].push(protect(value))
            else if type == "pca" or type == "df" or k == "fonte" then
                csvLines[0].push(protect(header))
                csvLines[1].push(protect(""))

    return csvLines

convertAll(json, type)
    csvLines = []
    len = json.length

    if len > 0 then
        csvLines = convertOne(json[0], type)

        for i = 1; i < len; i++
            aux = convertOne(json[i], type)
            delete aux[0]

```

```
        csvLines = concat(csvLines, aux)

    return csvLines

json2csv(json, type)

    if type in types then
        if type[last] == "s" then
            delete type[last]

            if type == "legislacao" then
                type = "legislacao"

            csvLines = convertAll(json, type)
        else
            csvLines = convertOne(json, type)
    else
        throw("Não é possível exportar para CSV nesta rota...")

    return joinLines(csvLines)
```

Exemplo A.2: Algoritmo de conversão de JSON para CSV

EXEMPLOS

B.1 CONVERSÃO DE JSON PARA XML

B.1.1 *JSON a converter*

```
{
  "nivel": 2,
  "pai": {
    "codigo": "100",
    "titulo": "ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO"
  },
  "codigo": "100.10",
  "titulo": "Elaboração de diplomas jurídico-normativos",
  "descricao": "Compreende os processos de elaboração/alteração de legislação,
    de regulamentos e de diretivas políticas ou operacionais portuguesas.",
  "status": "A",
  "filhos": [],
  "notasAp": [
    {
      "idNota": "http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#na_c100.10_MRIK1-
        RBu_2sz5u9FzPqH",
      "nota": "Qualquer despacho com diretrizes gerais e abstratas"
    }
  ],
  "exemplosNotasAp": [],
  "notasEx": [
    {
      "idNota": "http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#ne_c100.10_bXM5qoj-
        hKZt6cijQktaj",
      "nota": "- Procedimentos administrativos de classificação do
        património cultural devem ser considerados em \"Reconhecimentos e
        permissões/ Classificação e declaração de interesse ou utilidade
        pública\" (450.20)"
    }
  ],
  "termosInd": [],
  "temSubclasses4Nivel": false,
```

```

    "temSubclasses4NivelPCA": false,
    "temSubclasses4NivelDF": false,
    "subdivisao4Nivel01Sintetiza02": true,
    "tipoProc": "",
    "procTrans": "",
    "donos": [],
    "participantes": [],
    "processosRelacionados": [],
    "legislacao": [],
    "pca": {
        "valores": "",
        "notas": "",
        "formaContagem": "",
        "subFormaContagem": "",
        "justificacao": []
    },
    "df": {
        "valor": "NE",
        "nota": null,
        "justificacao": []
    }
}

```

Exemplo B.1: JSON exemplo a converter

B.1.2 XML gerado

```

<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<root>
  <nivel type="number">2</nivel>
  <pai type="object">
    <codigo type="string">100</codigo>
    <titulo type="string">ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO</titulo>
  </pai>
  <codigo type="string">100.10</codigo>
  <titulo type="string">Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas</
    titulo>
  <descricao type="string">Compreende os processos de elaboração/alteração de legislação, de
    regulamentos e de diretivas políticas ou operacionais portuguesas...</descricao>
  <status type="string">A</status>
  <filhos type="array">
    <item index="0" type="object">
      <codigo type="string">100.10.001</codigo>
      <titulo type="string">Produção e comunicação de atos legislativos</titulo>
      <id type="string">http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#c100.10.001</id>
      <status type="string">A</status>
    </item>
  </filhos>

```

```

</filhos>
<notasAp type="array">
  <item index="0" type="object">
    <idNota type="string">http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#na_c100.10_MRIK1-
      RBu_2sz5u9FzPqH</idNota>
    <nota type="string">Qualquer despacho com diretrizes gerais e abstratas</nota>
  </item>
  <item index="1" type="object">
    <idNota type="string">http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#na_c100.10
      _2Dp209euc1AdQg7CUnKCN</idNota>
    <nota type="string">Atos legislativos</nota>
  </item>
</notasAp>
<exemplosNotasAp type="array">
</exemplosNotasAp>
<notasEx type="array">
  <item index="0" type="object">
    <idNota type="string">http://jcr.di.uminho.pt/m51-clav#ne_c100.10_bXM5qoj-
      hKZt6cijQktaj</idNota>
    <nota type="string">- Procedimentos administrativos de classificação do património
      cultural devem ser considerados em "Reconhecimentos e permissões/
      Classificação e declaração de interesse ou utilidade pública" (450.20)</
      nota>
  </item>
</notasEx>
<termosInd type="array">
</termosInd>
<temSubclasses4Nivel type="boolean">>false</temSubclasses4Nivel>
<temSubclasses4NivelPCA type="boolean">>false</temSubclasses4NivelPCA>
<temSubclasses4NivelDF type="boolean">>false</temSubclasses4NivelDF>
<subdivisao4Nivel01Sintetiza02 type="boolean">>true</subdivisao4Nivel01Sintetiza02>
<tipoProc type="string"></tipoProc>
<procTrans type="string"></procTrans>
<donos type="array">
</donos>
<participantes type="array">
</participantes>
<processosRelacionados type="array">
</processosRelacionados>
<legislacao type="array">
</legislacao>
<pca type="object">
  <valores type="string"></valores>
  <notas type="string"></notas>
  <formaContagem type="string"></formaContagem>
  <subFormaContagem type="string"></subFormaContagem>
  <justificacao type="array">
  </justificacao>
</pca>
<df type="object">

```



```

    <valor type="string">NE</valor>
    <nota type="object">
    </nota>
    <justificacao type="array">
    </justificacao>
  </df>
</root>

```

Exemplo B.2: XML resultante da conversão do JSON presente em B.1.1

B.2 CONVERSÃO DE JSON PARA CSV

B.2.1 CSV gerado

```

"Código";"Título";"Descrição";"Notas de aplicação";"Exemplos de NA";"Notas de
exclusão";"Termos Índice";"Tipo de processo";"Processo transversal (S/N)";"
Donos do processo";"Participante no processo";"Tipo de intervenção do
participante";"Código do processo relacionado";"Título do processo relacionado
";"Tipo de relação entre processos";"Diplomas jurídico-administrativos REF Ids
";"Diplomas jurídico-administrativos REF Títulos";"Prazo de conservação
administrativa";"Nota ao PCA";"Forma de contagem do PCA";"Sub Forma de
contagem do PCA";"Critério PCA";"ProcRefs/LegRefs PCA";"Destino final";"Notas
ao DF";"Critério DF";"ProcRefs/LegRefs DF"
"100.10";"Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas";"
Compreende os processos de elaboração/alteração de legislação, de regulamentos
e de diretivas políticas ou operacionais portuguesas...";"Qualquer despacho
com diretrizes gerais e abstratas#
Atos legislativos";"";"- Procedimentos administrativos de classificação do
património cultural devem ser considerados em ""Reconhecimentos e permissões/
Classificação e declaração de interesse ou utilidade pública"" (450.20)";"";"
";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"";"
"100.10.001";"Produção e comunicação de atos legislativos"

```

Exemplo B.3: CSV resultante da conversão do JSON presente em B.1.1